



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFROB-RASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS - IHL
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

DEUINALOM FERNANDO CAMBANCO

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL & GUINÉ-BISSAU NO PLANO
EDUCACIONAL DURANTE GOVERNO LULA (2003-2010)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA

2016

DEUINALOM FERNANDO CAMBANCO

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL & GUINÉ-BISSAU NO PLANO
EDUCACIONAL DURANTE GOVERNO LULA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos

SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

C186r

Cambanco, Deuinalom Fernando.

Relações bilaterais Brasil & Guiné-Bissau no plano educacional durante o governo Lula (2003-2010) / Deuinalom Fernando Cambanco. - 2016.

93 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos.

1. Brasil - Política e governo - 2003-2010. 2. Educação - Cooperação internacional.
3. Guiné-Bissau - Relações exteriores. 4. Relações internacionais. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.810665

DEUINALOM FERNANDO CAMBANCO

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL & GUINÉ-BISSAU NO PLANO
EDUCACIONAL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)**

Aprovado em 30 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos (Orientador), Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ismael Tcham, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro- Brasileira

Prof. Dra. Juliana Barreto Farias, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2016

Dedico este trabalho aos meus pais: Fernando Cambanco e Eurélia Paulo Mango; às minhas irmãs: Bampatche Fernando Cambanco, Danusa Pinto Caetano e Dionilde Fernando Cambanco; ao meu irmão Cléberson Augusto Mancabo e ao meu tio Fernando Paulo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus “Pai”, pelo dom da vida; aos meus pais Fernando Cambanco e Eurélia Paulo Mango pela educação e pelos ensinamentos à mim transmitidos. Agradeço de coração as minhas irmãs Bampatche Fernando Cambanco, Dionilde Fernando Cambanco e Danusa Pinto Caetano pelo carinho e afeto. Meus agradecimentos ao meu irmão Cléberson Augusto Mancabo, às minhas primas Velamina Fernando Paulo, Lucrecia Fernando Paulo, Eunice Fernando Paulo, Hermelinda Coutinho Sampa, Maiza Júlio Gomes, Feliciano Júlio Gomes, Jucélia Júlio Gomes, Janice Júlio Gomes e Rafaela Júlio Gomes.

Meus efusivos agradecimentos vão para o meu primo Geraldo Coutinho Sampa, Arnaldo Sucuma e sua esposa Baobalolam Sanca; ao meu tio Júlio Gomes, Celestina Mendes, Nene Pinto e Mirela Pinto; à minha tia Quinta Paulo Mango, Halen Armando Napoco, Ginette Sami, Glasser Fernando Paulo, Ibraim Coutinho Sampa, Quinito Júlio Gomes, Kaiser Júlio Gomes, Esmiraldo Júlio Gomes, Renaldo Armando Mango, Firmino Jorge Sanca e Felizberto Alberto Mango. Um especial agradecimento ao meu tio Fernando Paulo pelo suporte evidenciado antes e durante a minha estada aqui no Brasil.

Agradeço imensamente o meu orientador Márcio André de Oliveira dos Santos pelas contribuições e ensinamentos que deram suporte a realização e efetivação deste trabalho. Igualmente, aos demais professores da Universidade, especialmente aos Professores Doutores Paulo Sérgio Proença, Karl Gerard Seibert, Pedro Acosta Leyva, Fernando de Pina Tavares, Ismael Tcham, Cleber Daniel Lambert, Elizia Ferreira, Caterina Rea, Acácio Sidney Almeida, Basilele Malomalo, Matilde Ribeiro, Juliana Barreto Farias, Júlio Machado de Paula entre outros pelos ensinamentos e conhecimentos repassados.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira pela oportunidade de nela estar construindo e arquitetando o meu futuro. Mais especificamente aos programas de assistências estudantis fornecidos pelo Ministério da Educação, em especial ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES), Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE) entre outros setores que

voltam as suas atenções em matéria de financiamento aos estudantes pelo apoio concedido até aqui através de pagamento de auxílios para que eu pudesse me manter aqui no Brasil.

Os meus agradecimentos ainda se estendem aos meus amigos e conhecidos, entre eles: Pansau Tamba, Cam-nate Augusto Bissinde, Filipe Có, Edicson Sanca, Carlos Zacarias Joaquim Junior, Ladislau Domingos Sami, Jacqueline Sousa, Vania Encanha, Rafael dos Santos, Dimir Domingos Sami, Badilé Domingos Sami, Clemente Mendes, Mamado Baldé, Bubacar Jaló, André Juel da Silva Junior, Júlio Indami, Marcos Vinicius da Hora Silva, Serifo Danfa, Afonso Gomes, Maldine Quintino da Costa, Sana Baldé, Lamine Sano, Avelino Vaz, Hipólito Mendes, Tony Marcos Perreira, Lazaro Uma, Chico Santana, Fernando colônia, Celestino Mango, Délio Sanca, Erineu Quintino Nhaga, Erickson Mendonça, Ansumane Mané, Solnate Nanbamtche, Mustafa Có, Neto Pontes, Bubacar Embalo, Barnabé Gomes entre muitos outros.

Enfim, acredito que seja difícil, senão impossível, mencionar todos/as como queria, mas de uma maneira geral agradeço do fundo do meu coração a todos/as que, de uma maneira direta e indireta, contribuíram para o meu sucesso. Saibam que são muito especiais e que, sem vocês, não seria possível por minha parte evidenciar forças para a realização e efetivação deste precioso trabalho.

Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, são cinco ex-colônias de Portugal na África, países com quais o Brasil vem produzindo e mantendo programas de ajuda e de cooperação desde meados de 2004. O início do relacionamento brasileiro com estes países ocorreu a partir do momento em que os seus povos conseguem a independência e os governos nacionais se estabelecem. Mas, essa primeira relação internacional limitou-se apenas a reconhecer a soberania dos Estados. Portanto, nos anos 70, década em que ocorre a maioria das independências desses países, o Brasil manteve-se distante dos problemas destas jovens nações de língua portuguesa. Em que pese algumas poucas iniciativas para aprofundar relações comerciais com os países da África durante os governos militares, principalmente na gestão Geisel, o relativo distanciamento do Brasil para com a África começa a se reduzir a partir do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Durante seu governo são aprofundadas as relações com os países africanos e neste diapasão o Brasil inicia as conversas sobre programas e cooperação mútua. Neste contexto, o governo Lula inicia negociações para viabilizar ações e também estratégias de transferência de conhecimentos e tecnologias brasileiras que melhorassem a estrutura produtiva das ex-colônias portuguesas da África, as quais possibilitariam, assim quer crer o governo do Brasil, reduzir as condições de pobreza naqueles países. (WINTER e CANDIDO, 2011)

RESUMO

Este trabalho consiste numa pesquisa monográfica inserida no campo das Relações Internacionais, voltada especificamente para os estudos de relações bilaterais entre Brasil e Guiné-Bissau no âmbito da educação durante a governação do Ex-Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, cujo tema propriamente é *Relações Bilaterais Brasil & Guiné-Bissau no Plano Educacional Durante Governo Lula (2003-2010)*. O trabalho tem como principal objetivo identificar os projetos educacionais para a Guiné-Bissau empreendidos pelo Governo Lula, no período compreendido entre 2003 e 2010. Visto que, na Guiné-Bissau, o sistema de ensino ainda deixa muito a desejar. O país carece de recursos econômico-financeiros para investir na educação para suas crianças e jovens. Obter educação de qualidade na Guiné-Bissau é um desafio imenso, a falta de infra-estruturas condignas, a penúria de materiais didáticos apropriados, a falta de profissionais qualificados e, sobretudo, o mau funcionamento dos já precários centros de formações existentes no país fazem jus ao débil e caótico sistema educativo que o mesmo apresenta. Mediante essas objeções, o país vem recebendo apoio dos parceiros para o desenvolvimento nas mais variadas áreas. As ONGs (Organizações não Governamentais) e os países parceiros entre os quais a República Federativa do Brasil têm evidenciado esforços para melhorar a dinâmica do sistema de ensino guineense. Esses apoios ocorrem de formas variadas, entre as quais pelos financiamentos para a construção de centros de formações, promoção de seminários e workshops de capacitação de jovens e adultos, principalmente os profissionais não diplomados, ateliers entre outras. Entretanto, o trabalho além de identificar tais projetos, procurou fazer uma análise dos mesmos, tendo em vista a debilidade do próprio sistema educativo, como já foi acima elucidado, de modo a compreender de que maneira os mesmos (projetos), têm contribuído e ainda contribuem para o provimento de um ensino de qualidade e qualificação de recursos humanos capazes de alavancar o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Governo Lula; Projetos Educacionais; Relações Bilaterais; Brasil; Guiné-Bissau; Desenvolvimento; Educação; ONGs

ABSTRACT

This work consists of a monographic research in the field of International Relations, focused specifically on the studies of bilateral relations between Brazil and Guinea-Bissau in the area of education during the governance of former President of the Federative Republic of Brazil, Luís Inácio Lula da Silva, the theme itself is *Bilateral Relations Brazil & guinea-Bissau in the Educational Plan During the Lula government (2003-2010)*. The work aims to identify the educational projects for Guinea-Bissau undertaken by the Lula government, in the period between 2003 and 2010. Since, in Guinea-Bissau, the education system still leaves much to be desired. The country lacks the economic and financial resources to invest in education for their children and youth. To get quality education in Guinea-Bissau is a huge challenge, the lack of decent infrastructure, the lack of appropriate teaching materials, the lack of qualified professionals and, above all, the poor functioning of the already precarious centers of existing formations in the country do entitled to the weak and chaotic education system that it presents. Through these objections, the country has been receiving support from development partners in various areas. NGOs (non-governmental organizations) and partner countries including the Federative Republic of Brazil have shown efforts to improve the dynamics of the Guinean education system. Such support will occur in various ways, including the funding for the construction of training centers, promotion of seminars and workshops for the youth and adult's empowerment, especially professionals without degrees, workshops and others. However, the work beside identifying such projects, sought to make an analysis of the same, given the weakness of the education system itself, as mentioned above, in order to understand how the same (projects) have contributed and also contribute to the provision of quality education and qualification of human resources able to leverage the country's development.

Keywords: Lula Government; projects; Bilateral relations; Brazil; Guinea Bissau; Development; Education; NGOs

RÉSUMÉ

Ce travail est une recherche monographique inséré dans le domaine des relations internationales, spécifiquement axée sur l'étude des relations bilatérales entre le Brésil et la Guinée-Bissau dans l'éducation pendant le gouvernement de l'ancien président de la République fédérative du Brésil, Luiz Inacio Lula da Silva, le thème lui-même est des *relations bilatérales Brésil & Guinée-Bissau dans le plan éducatif Pendant le gouvernement Lula (2003-2010)*. Le travail vise à identifier les projets éducatifs pour la Guinée-Bissau entreprises par le gouvernement Lula, dans la période entre 2003 et 2010. Depuis, en Guinée-Bissau, le système d'éducation laisse encore beaucoup à désirer. Le pays ne dispose pas des ressources économiques et financières à investir dans l'éducation de leurs enfants et les jeunes. Obtenir une éducation de qualité en Guinée-Bissau est un énorme défi, le manque d'infrastructures décentes, le manque de matériels didactiques appropriés, le manque de professionnels qualifiés et, surtout, le mauvais fonctionnement des centres déjà précaires des formations existantes dans le pays ne droit au système d'éducation faible et chaotique qu'il présente. Grâce à ces objections, le pays a reçu l'appui des partenaires de développement dans divers domaines. ONG (organisations non gouvernementales) et des pays partenaires, y compris la République fédérative du Brésil ont montré les efforts pour améliorer la dynamique du système éducatif guinéen. Ce soutien se fera de diverses façons, y compris le financement pour la construction de centres de formation, la promotion de séminaires et ateliers de l'autonomisation de les jeunes et adultes, en particulier les professionnels sans grades, des ateliers et autres. Cependant, le travail et identifier de tels projets, ont cherché à faire une analyse de la même, compte tenu de la faiblesse du système éducatif lui-même, comme mentionné ci-dessus, afin de comprendre comment les mêmes (projets) ont contribué et contribuent également à la disposition de l'éducation et de qualification des ressources humaines capables de tirer parti du développement du pays de qualité.

Mots clés: Lula; projets; Les relations bilatérales; Brésil; Guinée-Bissau; développement; l'éducation; ONG

RESUMEN

Este trabajo es una investigación monográfica insertado en el campo de las Relaciones Internacionales, orientado específicamente al estudio de las relaciones bilaterales entre Brasil y Guinea Bissau en la educación durante el gobierno del ex Presidente de la República Federativa de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, el tema en sí es *la relación bilateral y Brasil Guinea-Bissau en el plan de Educación Durante el gobierno de Lula (2003-2010)*. El trabajo tiene como objetivo identificar los proyectos educativos para Guinea Bissau llevadas a cabo por el gobierno de Lula, en el período entre 2003 y 2010. Dado que, en Guinea-Bissau, el sistema educativo todavía deja mucho que desear. El país carece de los recursos económicos y financieros para invertir en la educación de sus niños y jóvenes. Obtener una educación de calidad en Guinea-Bissau es un gran desafío, falta de infraestructura decente, la falta de material didáctico adecuado, la falta de profesionales cualificados y, sobre todo, el mal funcionamiento de los centros ya precarias de las formaciones existentes en el país hacer titulado al sistema educativo débil y caótica que lo mismo presenta. A través de estas objeciones, el país ha estado recibiendo el apoyo de los asociados para el desarrollo en diversas áreas. ONG (organizaciones no gubernamentales) y de los países socios, incluyendo la República Federativa del Brasil han demostrado los esfuerzos para mejorar la dinámica del sistema educativo de Guinea. Ese apoyo ocurrir de varias maneras, incluyendo la financiación para la construcción de centros de formación, promoción de seminarios/talleres de potenciación de jóvenes y adultos, especialmente los profesionales sin titulación, talleres y otros. Sin embargo, el trabajo e identificar este tipo de proyectos, trataron de hacer un análisis de la misma, dada la debilidad del propio sistema educativo, como se mencionó anteriormente, con el fin de entender cómo la misma (proyectos) han contribuido y también contribuyen a la prestación de una educación de calidad y la cualificación de los recursos humanos capaces de impulsar el desarrollo del país.

Palabras-clave: Lula; proyectos; Las relaciones bilaterales; Brasil; Guinea Bissau; el desarrollo; la educación; ONG

LISTA ABREVIATURA E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AD – Ação para Desenvolvimento

ADPP – Ajuda de Povo dinamarquês para o Desenvolvimento

AIFA – Associação Internacional para a Formação em África

AMAE – Associação das Mulheres da Atividade Econômica

ANP – Assembléia Nacional Popular

ASDI – Ajuda Sueca para o Desenvolvimento

Internacional BRINFOR – Brigadas de Formação

BM – Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCBGB – Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau

CE – Cooperação Educacional

CEB – Centro de Estudos Brasileiro

CENFA – Centro de Formação Administrativa

CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CS – Cooperação Solidária

CSS – Cooperação Sul-Sul

CT – Cooperação Técnica

CTPD – Cooperação Técnica para o Desenvolvimento

DAF – Divisão da África no Ministério das Relações Exteriores do Brasil

DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Alívio e Redução da Pobreza

EE – Editora Escolar

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação para Todos

FGL – Fundação Gol de Letras (Brasil)

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEI - Fundação Guineense de Desenvolvimento Empresarial e Industrial

IES – Instituições de Ensino Superior (Brasil)

INDE – Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (Guiné-Bissau) INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censo

MEC – Ministério da Educação e Cultura (Brasil)

MRE – Ministério de Relações Exteriores (Brasil)

OGE – Orçamento Geral do Estado

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONGs – Organizações não governamentais

ONU – Organizações das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM – Programa Alimentar Mundial

PEC-G – Programa Estudante Convênio de Graduação

PIB – Produto Interno Bruto

PLAN-I – Plan Internacional

PNA – Plano Nacional de Ação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPAE – Países Pobres Altamente Endividados

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

QAD – Quadro de Ação de Dakar

SAB – Sector Autônomo de Bissau

SECAD/MEC – Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação (Brasil)

SEDH/PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAI-SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – São Paulo

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAPROF – Sindicato Nacional dos Professores

SNV – Serviço Holandês de Cooperação

UAC – Universidade Amílcar Cabral

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Sigla em Inglês)

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

Brasileira UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Estudantes numa das salas nas dependências do CFPBGB.	75
Imagem 2 – Centro Educativo de Ensino Básico na sua fase de execução	77
Imagem 3 – Vista de Frente das Instalações do CCBGB, em Bissau.	80
Figura 4 – Estudantes Guineenses no pátio da “UNILAB”, Campus Bahia.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de Estudantes guineenses Seleccionados pelo PEC-G.	82
Quadro 2 – Quantidade de Estudantes guineenses UNILAB, campi de Ceará.	85
Quadro 3 - Quantidade de Estudantes guineenses UNILAB, Campus dos Malês, Bahia	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	PRIMEIRO CAPÍTULO: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU APÓS O PERÍODO DA IMPLANTAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO (1994-2013): PANORAMA GERAL	25
2.1	O SETOR DO ENSINO NA GUINÉ-BISSAU E A SUA PRECARIIDADE	25
2.2	AS RECORRENTES INSTABILIDADES POLÍTICA, MILITAR E ECONÔMICA COMO FATORES CONDICIONADORES DO FRACASSO DO SISTEMA DE ENSINO NA GUINÉ-BISSAU	43
2.2.1	Fator político	44
2.2.2	Fator militar	45
2.2.3	Fator econômico	46
2.2.4	A educação para todos no contexto da Guiné-Bissau e algumas de suas prioridades: breve relato	48
3	SEGUNDO CAPÍTULO: POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA PARA A GUINÉ-BISSAU (2003-2010): BREVE HISTÓRICO	52
3.1	HISTÓRICO DE POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA A GUINÉ-BISSAU: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	52
3.2	GOVERNO LULA E A SUA POLÍTICA EXTERNA PARA GUINÉ-BISSAU (2003-2010)	56
3.3	BREVE NOÇÃO SOBRE OS CONCEITOS: COOPERAÇÃO SUL-SUL, COOPERAÇÃO TÉCNICA E COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA	60
3.3.1	Cooperação Sul-Sul	60
3.3.2	Cooperação técnica	62
3.3.3	Cooperação solidária	64
4	TERCEIRO CAPÍTULO: PANORAMA DOS PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A GUINÉ-BISSAU – EMPREENDIDOS PELO GOVERNO LULA (2003-2010)	67
4.1	COOPERAÇÃO EDUCACIONAL & COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	67
4.2	PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A GUINÉ-BISSAU	71
4.2.1	Centro de Formação Social e Promoção Social	72
4.2.2	Apoio à formação de quadros para o Governo da Guiné-Bissau	72
4.2.3	Apoio ao Fortalecimento do Programa de Formação de Professores em exercício do Ministério da Educação da Guiné-Bissau	72

4.2.4	Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa	73
4.2.5	Missão Exploratória para elaboração de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Educação à distância e Ensino da Língua Portuguesa	73
4.2.6	Missão Exploratória para Elaboração de Projeto de Cooperação Técnica na Área de Ensino Técnico Agroindustrial	73
4.2.7	Missão de Diagnóstico na área de Formação Profissional em Contabilidade e Administração	74
4.2.8	Apoio ao Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau	74
4.2.9	Apoio a Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa de Guiné-Bissau-CENFA	75
4.2.10	Centro de Formação Profissional Brasil Guiné-Bissau	75
4.2.11	Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP)	76
4.2.12	Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Sócia educativas	77
4.2.13	Capacitação para diplomatas dos Estados membros da CPLP	78
4.2.14	Missão para Apoiar a Reabertura da Universidade Amilcar Cabral	78
4.2.15	Missão de Prospecção para Elaboração de Projeto de Cooperação Técnica nas áreas de Empreendedorismo, Educação e Defesa	78
4.2.16	Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação da Guiné-Bissau	78
4.2.17	Linguagem das Letras e dos Números – Projetos Amilcar Cabral e José Aparecido de Sousa	79
4.2.18	Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência	79
4.2.19	Memorando de Entendimento em Educação Superior	79
4.2.20	Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau (CCBGB)	80
4.2.21	Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)	82
4.2.22	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	83
4.3	BREVE ANALOGIA SOBRE OS PROJETOS	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso que vem a público consiste numa investigação científica inserida no campo das relações internacionais, virada especificamente para os estudos de relações bilaterais entre Brasil e Guiné-Bissau, cujo tema é *Relações Bilaterais Brasil & Guiné-Bissau no Plano Educacional Durante Governo Lula (2003-2010)*. O trabalho tem como principal objetivo identificar os projetos educacionais para a Guiné-Bissau empreendidos pelo Governo Lula, no período compreendido entre 2003 e 2010.

Nele, além de termos identificado os projetos procuramos fazer uma análise dos mesmos, de modo a, minimamente, compreender a importância dos mesmos para a sociedade guineense. Ou seja, ver de que modo estes projetos contribuíram e vêm contribuindo para a superação das mazelas que afetam o setor de ensino no país. Mazelas e/ou precariedades que descrevemos muito bem no primeiro capítulo como poderemos ver a seguir.

Em outras palavras, queremos dizer com isso que tentamos entender em como os mesmos têm ajudado o país na superação dos seus desafios no domínio educacional e, mais precisamente, na matéria de formação e qualificação dos jovens, visando alavancar o seu desenvolvimento socioeconômico.

A Guiné-Bissau, de acordo com Arnaldo Sucuma¹ (2013), é um país com 36.125km², localizado no continente africano, na costa ocidental da África banhado pelo oceano Atlântico. Possui fronteira ao norte com República do Senegal e ao sul com a República da Guiné Conakry. Ainda segundo ele, o país, por um lado, possui uma população de 1.548.159 mil habitantes segundo o último recenseamento realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo) em 2009, e, por outro lado, integra cerca de 80 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, além dos territórios continentais que compreendem oito regiões: Bolama, Bafatá, Gabu, Cacheu, Quinara, Tombali, Oio,

¹ Arnaldo Sucuma Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB (2008) e Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE (2013). Atualmente é estudante de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPE. Pesquisador/Professor da Escola Nacional de Saúde na Guiné-Bissau; Professor na Universidade Lusófona da Guiné.

Biombo, mais o setor autônomo de Bissau que é a capital. (SUCUMA, 2013).

O país conheceu a sua independência em 24 de Setembro de 1973, após onze anos da intitulada “luta armada”. No período compreendido entre 1974 a 1991, o país viveu sob regime de partido único até os primórdios dos anos noventa, período no qual passou por uma transição, implementando assim o regime pluripartidário, que, por sua vez, permitiu com que fossem criados diferentes partidos e organizações políticas. E, que, justamente, culminou com as eleições igualmente, presidenciais e legislativas em junho de 1994. (SEMEDO, 2005).

O país sempre enfrentou e ainda enfrente muitas dificuldades em quase todos os domínios; o seu sistema macroeconômico configura num dos piores da sua região africana, senão do mundo; o índice da pobreza é assustador! O sistema de ensino é muitíssimo precário; o índice de analfabetismo é elevadíssimo; o seu Produto Interno Bruto é muito baixo. (SEMEDO, 2005).

Além desses indicadores, que obviamente apontam por um baixo nível de desenvolvimento, o país ainda sofre com um elevado índice de mortalidade infantil, fraco investimento em quase todas as áreas sociais como já referimos acima, principalmente na educação, o que faz com que ele dependa muito das parcerias para poder fazer valer o funcionamento das suas instituições.

O nosso trabalho consiste, como já enfatizamos, numa investigação inserida no Campo das relações internacionais por se tratar da cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau, duas nações que têm ultimamente mantido uma estreita parceria em diversos domínios, entre os quais a educação, que é o foco da nossa pesquisa. A nossa intenção em realizar essa pesquisa se deve a várias razões, as quais iremos já em seguida abordar com maiores pormenores.

O governo Lula ², como se sabe, voltou a sua política externa para o fortalecimento dos laços de cooperação com o continente africano em geral, e, a Guiné-Bissau em particular. Durante a gestão “Lula” o Brasil desenvolveu diversas ações e acordos de cooperação tanto no âmbito bilateral, trilateral quanto no multilateral com diversos países

² O governo Lula teve início em primeiro de janeiro de ano 2003, se renovando em 2006 e, finalmente, terminando em 2010, este último sendo o último ano na presidência da República Federativa do Brasil, do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais informações sobre esse assunto consultar: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/lula-governou-brasil-por-dois-mandatos-9449019>

africanos, especialmente os países membros da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa), organização na qual a Guiné-Bissau se configura como um dos membros.

Por um lado, depois de ter, de perto, constatado, por exemplo, a massiva aderência de jovens ao Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau, um dos centros frutos dessa cooperação; por ter alguns colegas próximos que receberam formações em diversas áreas de conhecimento pelo Centro de Formação Brasil Guiné-Bissau, conhecido como (SENAI-Guiné-Bissau), e, mais afincadamente, depois de ter conseguido uma vaga e ter viajado para o Brasil, no quadro de obtenção de uma formação superior, que está sendo possível através desta universidade, resultado justamente dessas relações que estão em análise no presente trabalho, decidi escolher esse tema para realizar a minha pesquisa.

Por outro lado, por ver os jovens, muitos deles, provenientes muitas das vezes de famílias humildes, tendo oportunidade de obter uma qualificação profissional senti a necessidade em pesquisar para melhor saber de que maneira os projetos educacionais empreendidos pelo governo brasileiro no período acima referido estão ajudando o país na matéria de formação dos seus recursos humanos para melhor servirem o país.

A motivação pela escolha do tema ainda tem a ver com o diálogo que vim mantendo com algumas pessoas a redor da universidade na qual estou me formando agora, as palestras cujo tema são voltados para as abordagens da cooperação Brasil-África e, mais especificamente, a particular curiosidade que tenho de ter mais conhecimento sobre a cooperação entre estas duas nações no tocante a educação – que é a área do meu interesse justamente por nela estar inserida.

Para a realização e efetivação da presente pesquisa, se empregou uma combinação de pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa onde se procurou coletar e, em seguida, analisar os dados coletados. A bibliografia ligada diretamente à temática é escassa, quase inexistente, por isso foi necessário desenvolver uma pesquisa de campo, onde se realizou entrevistas com estudantes e professores afetos aos centros alvos da pesquisa. Entrevistas essas que, em grosso modo, nos ajudaram bastante na análise dos projetos ora referidos. Realizou-se entrevistas com no total 12 pessoas, entre eles dois professores e dez alunos. Por outro lado trabalhamos também com alguns documentos e/ou relatórios das agências e departamentos ligados ao Estado, agências essas diretamente ligadas às temáticas tanto da educação, quanto das relações

internacionais.

Entre os documentos e/ou relatórios destacamos: *o Relatório da Situação do Sistema Educativo, o documento intitulado (Programa de Formação dos Educadores do Ensino Básico da Guiné-Bissau), elaborada em 2013, além do conhecido como Plano Nacional de Ação/Educação para Todos* entre outros, que são documentos referentes à questão da educação na Guiné-Bissau.

Outros documentos trabalhados têm a ver com os produzidos pela Agência Brasileira de Cooperação, pelo Ministério das Relações Exteriores e outros, que abordam especificamente as temáticas da cooperação sul-sul, cooperação Técnica e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, entre os quais os intitulados: *A Cooperação Técnica do Brasil para a África, Manual de Gestão da Cooperação Técnica, Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional* entre outros.

Outras fontes ainda importantes também são as dissertações e teses tanto de mestrado quanto de doutorado que, de alguma forma, dialogam com o nosso trabalho, como as de Kamilla Raquel Rizzi, cujo título é *o Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a Política Externa Brasileira para Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)*, Julinho Braz da Silva: *A Cooperação Sul-Sul como Instrumento para o Desenvolvimento: perspectivas para a República da Guiné- Bissau*. Além, obviamente, de artigos científicos, portais e sites confiáveis que tivemos acesso.

Falando em portais, vale ressaltar que, a coleta de dados se procedeu essencialmente pela via portais eletrônicos disponibilizados na internet, por órgãos responsáveis pela cooperação do Brasil com outros países. Acessamos e extraímos informações importantíssimas para a feitura do trabalho nas páginas dos seguintes órgãos: Agência Brasileira de Cooperação, Ministério de Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e Embaixada da República Federativa do Brasil em Bissau.

Já no respeitante a estruturação e organização do trabalho, vale salientar que, o mesmo conta com uma introdução, três (3) capítulos, considerações finais seguida de lista de referências bibliográficas.

O primeiro capítulo trata dos desafios da educação na Guiné-Bissau, onde procuramos, num primeiro momento, descrever a mazela e/ou precariedade do sistema do ensino guineense, e, num segundo momento trazer os fenômenos que contribuem para a sua desarticulação, e no terceiro e último momento fazer um breve relato dos planos

arquitetados pelo governo guineense, através do Plano Nacional de Ação/Educação para Todos, visando melhorar e dar uma nova roupagem a tão precária e medíocre sistema nacional do ensino.

O segundo capítulo, por sua vez, tem a ver com a política externa definida pelo governo Lula para a República da Guiné-Bissau. Nele, indiferente do primeiro capítulo no tocante ao procedimento, num primeiro momento, procuramos rever um pouco do histórico de relações bilaterais entre o Brasil e a Guiné-Bissau no período antecedente ao mandato do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva que, como é sabido, decorreu no período compreendido entre 2003 e 2010; ou seja, procuramos fazer uma contextualização, trazendo uma breve narrativa sobre o histórico das relações entre as duas nações no período pré-Lula; já no segundo momento, voltamos a nossa atenção mais concretamente para a política externa adotada pelo governo Lula para a Guiné-Bissau, onde tentamos evidenciar o viés político enveredado pelo governo Lula na sua relação com a Guiné-Bissau, as políticas e discursos usados para manter as referidas relações, diante das dificuldades e das recorrentes instabilidades política e militar que a Guiné-Bissau vivia no período; e já no terceiro e último momento procuramos trazer a noção, de uma forma breve, dos conceitos da cooperação Sul-Sul, Cooperação Técnica e Cooperação Solidária por acharmos que é imperativo fazê-lo, pois os projetos educacionais em investigação foram levados a cabo por discursos políticos emanadas dessas modalidades de cooperação.

Já o terceiro capítulo, que é o último do presente trabalho, trata-se de projetos educacionais para a Guiné-Bissau empreendidos pelo governo Lula que conseguimos identificar ao longo da nossa pesquisa, onde num primeiro momento, em forma de contextualização procuramos fazer uma breve narrativa sobre as temáticas de Cooperação Educacional e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento respectivamente; num segundo momento tratamos de apresentar os projetos educacionais, e já no fecho do capítulo abrimos um espaço para análise dos mesmos – onde procuramos evidenciar a importância dos mesmos no quadro de apoio dado pelo governo brasileiro com vistas a superação dos problemas que afetam o setor de ensino no país. Problemas como falta de infra-estrutura, escassez de materiais didáticos e, sobretudo, qualificação dos recursos humanos.

2 PRIMEIRO CAPÍTULO: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU APÓS O PERÍODO DA IMPLANTAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO (1994-2013): PANORAMA GERAL

A educação é hoje uma prioridade revisitada no mundo inteiro. Diferentes países, de acordo com as suas realidades e características históricas, precisam promover reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de torná-las mais eficientes e equitativas para o preparo de uma nova cidadania e os seus desdobramentos político, social e ético, capazes de enfrentar o atual sistema social, bem como as mudanças repentinas do mundo atual e democrático. (MELO apud CORREIA, 2013).

2.1 O SETOR DO ENSINO NA GUINÉ-BISSAU E A SUA PRECARIIDADE

Como qualquer outra área social, a educação, no nosso entender, é uma das ferramentas básicas para a construção de uma sociedade sã e equilibrada. Uma sociedade com possibilidades de formar homens e mulheres capazes de guiar os seus próprios destinos – e, com isso, assumir a responsabilidade de prover sempre um ensino de qualidade para todos os seus integrantes, tanto a geração presente quanto a vindoura. No caso da Guiné-Bissau, a problemática em torno da educação, tem sido muito debatida – visto que a mesma ainda está em processo de consolidação.

Neste ínterim, segundo a ex-ministra da educação da Guiné-Bissau, Maria Odete da Costa Semedo³, no seu artigo intitulado Educação como Direito,

³ Maria Odete da Costa Semedo possui graduação em Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade Nova Lisboa (1989), graduação em Ramo Educacional pela Universidade Nova Lisboa (1990), doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010), e ensino- médio-segundo-grau pela Liceu Nacional Kwame N’krumah (1980). É professora Escola Normal Superior Tchico Té. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa.

“Falar da educação na Guiné-Bissau, para uma boa parte dos guineenses, é falar de problemas que começam com a falta de infraestruturas condigna, de educadores e educadoras qualificados/as, e que terminam com uma elevada taxa de repetência e de desistência dos alunos. É, ainda, falar de salários muito baixos e pagos com grandes atrasos” (SEMEDO, 2005). De acordo com o Fernando Mandinga da Fonseca

A educação guineense é apresentada como, um setor nevrálgico na problemática da pobreza na Guiné-Bissau. Este setor é caracterizado por fracas performances e meios humanos, materiais e financeiros disponíveis. Os recursos afetos a educação no orçamento geral do Estado baixaram fortemente entre 1995 a 1997 de 15% para 10%. Esta proporção equivale a 0,9% do PIB, comparado com a média da África subsaariana que é de 4% do PIB no mesmo período. (DENARP apud FONSECA. 2014, p.16).

Portanto, esses e outros fatos evidenciam, claramente, o quão precário, débil e alarmante é o sistema educacional do país. Os recursos disponibilizados para este setor são demasiadamente escassos para fazer face a tamanha dificuldade que o mesmo enfrenta. Com poucos recursos o sistema do ensino tende a funcionar com extremas dificuldades. De acordo com os relatos do Plano Nacional de Ação/EPT,

O Estado, a ajuda externa e as famílias asseguram o financiamento da Educação. O orçamento anual do Estado é estimado a 3.035 bilhões de FCFA, seja 15.000/aluno, cerca de duas vezes menos que os países da nossa região africana. A percentagem das despesas de educação nas despesas de Estado é de 11,2% em 2001 (8,8% em 1998, 11,5% em 1999); percentagem das despesas de educação no PIB é de 2,2% em 2001 (1,35% em 1998, 2,6% em 1999). Os salários dos professores, estimados a menos de 1\$/dia, absorvem 85% das despesas correntes. As despesas de investimento declinam-se. Pais e coletividades locais custeiam parte de despesas de capital (construções de escolas e cantinas) e custos de formação em estabelecimentos privados, aquisição de manuais escolares. (PLANO NACIONAL DE AÇÃO. 2003 p.7)

Ao interpretarmos os dados descritos acima nos torna fácil perceber que os recursos para o setor educativo como já salientado de antemão é realmente escasso e dificilmente consegue suprir as volumosas necessidades que o setor apresenta. O país ainda sofre bastante com a falta de recursos financeiros para dar conta de suas despesas para com o setor do ensino. Com uma economia debilitada e totalmente dependente de apoios de doadores e parceiros de cooperação fica difícil fazer um investimento de qualidade e de alto nível voltado para o setor do ensino no país. Nesta linha, Semedo

afirma,

No que concerne as despesas de funcionamento do Ministério da Educação, a parcela correspondente ao ensino primário diminuiu de 67% para 48% entre 1983 e 1994. Em 1998 e 1999 a percentagem das despesas da educação em relação as despesas do Estado eram de 5,2% e 9,3% respectivamente. Desta parcela, em média, apenas 2,4% é dotada a educação básica. (SEMEDO, 2005, p.03)

Com base nestes números e percentualidades, que falam por si mesmos, fica ainda, de forma mais clara, que o país, como já enaltecido no trecho acima, tem enfrentado e ainda enfrenta uma grande dificuldade econômico-financeira, o que acaba imiscuindo direta e negativamente na tentativa de criar condições adequadas para melhorar o funcionamento das instituições estatais de ensino. Neste sentido, segundo Fonseca,

A Guiné-Bissau desde a sua independência jurídica de Portugal não conseguiu empreender políticas capazes de suplantar a deficiência na esfera educacional e na formação de quadros capazes de contribuir eficazmente no processo de desenvolvimento e superação da pobreza. Ao longo dos anos vem estreitando laço de Cooperação Educacional com outros países, enviando estudantes para se qualificarem nas instituições de ensino superior e ensino técnico profissional, como também recebe assistência técnica nesse domínio. (FONSECA. 2014 p. 02).

Isso mostra a imensa dificuldade que o Estado guineense enfrenta com relação à implantação de políticas capazes de dar uma maior sustentabilidade a setor educacional do país. Fatos que têm origem na difícil situação da qual o país proveio, situação que todos nós compreendemos, – (Luta Armada), uma peleja que teve uma aderência massiva dos guineenses e que visou justamente à libertação do país sob o jugo colonial.

Luta essa que, Segundo Arnaldo Sucuma (2013), teve inicio no ano de 1963, depois da fundação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) por Amilcar Cabral e mais outros cinco companheiros; e, que, culminou inclusive com o processo de mobilização, organização e recrutamento das guerrilhas e guerrilheiros por parte destes, de modo a fazer frente à perversidade do sistema colonial, tendo uma duração de 11 anos, sendo, no entanto, uma resistência inquestionável, e que por fim resultou na vitória do PAIGC (Partido que dirigiu a luta), e a conseqüente expulsão dos invasores portugueses.

Visto isso, vale enaltecer, no entanto que, desde os primeiros momentos após a independência houve movimentações visando empreender políticas para melhorar o sistema de ensino no país, isto é, dar uma nova roupagem ao sistema educativo de um estado novo que se estava a construir. Neste sentido, de acordo com Semedo,

Após a independência, fez-se o alargamento das escolas a quase todas as tabancas. Foi a tentativa da massificação do ensino. Faltaram as infra-estruturais condignas, (as barracas, chamadas salas provisórias foram a solução), careceram professores com formações ajustadas, e domínio de uma metodologia adequada aos vários graus de um sistema de ensino em construção (deitou-se mãos aos finalistas do liceu que foram organizadas em brigadas pedagógicas e espalhadas por todo o território nacional). As campanhas de alfabetização de adultos, com o método Paulo Freire foram alargadas tanto nos bairros de Bissau como no seio das forças armadas. (SEMEDO, 2005, p.03).

Essas movimentações realmente visaram melhorar o sistema do ensino, de modo a capacitar recursos humanos capazes de alavancar o desenvolvimento do país durante o período pós-independência. As dificuldades persistiram ao longo dos anos e os primeiros 15 anos depois da independência foram de muita dificuldade na luta para empreender políticas voltadas para o setor de ensino. Fatos que possibilitaram a intensificação das movimentações por parte dos responsáveis deste setor. As iniciativas adotadas passaram pela formação dos quadros tanto nos centros recém-criados, quanto no estrangeiro, como podemos observar a seguir...

De 1980 a 1993, a Guiné-Bissau continuou vivendo uma crise na educação. Os responsáveis por este setor passaram muitos anos procurando estratégias adequadas para solucionar problemas de ensino, tanto quantitativo quanto qualitativo, já que os fatores que condicionam a baixa qualidade do ensino são: o baixo nível de qualificação dos professores e a falta de equipamentos e de materiais didáticos. Desde então, o poder público e os intelectuais guineenses procuraram uma forma de criar uma universidade ou um centro acadêmico de pesquisa. Para isso, o único caminho encontrado foi a criação de uma cooperação com outros países, a fim de mandar seus estudantes para se formarem em um destes lugares: Brasil, Portugal, Cuba, Rússia ou França, cujo sistema educacional é mais qualificado. (CORREIA. 2013, p.49).

Infelizmente tem sido assim desde os primórdios do novo Estado. Esses problemas só se iniciaram naquele período – isto porque os mesmos continuariam e ainda ganhariam outra dimensão posteriormente. No entanto, os fatos acima descritos nos permitem enxergar com mais nitidez que, na verdade, o sistema educativo da Guiné-Bissau sempre esteve e ainda está realmente numa situação extremamente caótica e alarmante.

Essa dependência de parceiros internacionais ainda marca o cenário educacional guineense, pois muitos profissionais da educação ainda recebem seminários de capacitação. Seminários esses

frutos de programas de formações criados pelo Ministério da Educação e que contam com apoio tremendo de ONGs e Organismos parceiros. De acordo com Plano Nacional de Ação/EPT,

Existem múltiplas organizações a cooperar no setor educativo do país, que constituem um bloco de parceria de grande importância para o seu desenvolvimento. Para além das iniciativas privadas existem ONG e outras associações nacionais ou internacionais, agências de assistência técnica, organismos do sistema das Nações Unidas (UNESCO, UNICEF, UNFPA, UNDP, PAM OMS). Fundação Guineense de Desenvolvimento Empresarial e Industrial (FUNDEI), Associação das Mulheres da Atividade Económica (AMAI), Ação para Desenvolvimento (AD), Associação Internacional para a Formação em África, Associação dos países de Língua Oficial Portuguesa (AIFA), PALOP), Ajuda do Povo Dinamarquês para o Desenvolvimento (ADPP), as Brigadas de Formação (BRINFOR), o Plan Internacional entre muitas outras. (PLANO NACIONAL DE AÇÃO/EPT. 2003 p.17).

Nessa ótica, a título de exemplo, vale evocar que, em 2007, foi criado e/ou levado a cabo um programa voltado à formação e capacitação dos profissionais de ensino básico da Guiné-Bissau. Programa esse que contou com o apoio e financiamento dos organismos parceiros, tais como UNICEF, UNESCO, PAM, UNFPA, PLAM Internacional, SNV e Banco Mundial. O mesmo foi intitulado [Programa de Formação dos Educadores do Ensino Básico da Guiné-Bissau], e teve como objetivo formar académica e pedagogicamente os educadores assegurando formação contínua e qualificação profissional aos formadores e profissionais não diplomados que se encontram atuando no Ensino Básico da Guiné-Bissau. (DOCUMENTO DE BASE DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DO ENSINO BÁSICO DA GUINÉ BISSAU, 2007).

Entre vários problemas a falta de salário é um dos mais agravantes, visto que acaba suscitando greves por tempos indeterminados. Os Professores, segundo o Ricardo Jorge Costa, no seu artigo intitulado [O Ensino na Guiné-Bissau: pintado a Negro e Cinza] são os profissionais, se comparados com outras áreas sociais, mais penalizados na sociedade guineense. À luz dessa afirmação, ele destaca um trecho da entrevista do então presidente do SINAPROF, Luis Nancassa, que defendeu o seguinte: “É uma profissão para a qual se exige um esforço acrescido e uma grande dedicação, porque de contrário não se consegue trabalhar” (COSTA, 1998).

Esta situação, no nosso entendimento, tem a ver com o fraco investimento no setor – o que acaba gerando principalmente falta de salários, fuga de professores para o setor privado que tem melhores condições e, conseqüentemente, salários atempados; desistência dos alunos, pois os seus encarregados dependem dos salários para pagar as mensalidades. Portanto, todos esses fatos aqui relatados influem direta e negativamente na progressão qualitativa do sistema do ensino. Para o Ricardo Costa,

As dificuldades enfrentadas pelos professores estendem-se, inevitavelmente, aos alunos. As crianças e os jovens do ensino básico estudam em condições muito precárias, sendo

habitual 4 ou 5 alunos partilharem a mesma carteira e não haver giz fornecido pela escola. O número mínimo de alunos por professor, em qualquer estabelecimento de ensino, é de 35, podendo atingir um máximo de 50 em situações extremas. Da mesma forma, são raros os livros e os manuais didáticos postos à disposição, levando a que os professores, por iniciativa deles, se encarreguem da produção de apontamentos ou pequenos fascículos que distribuem pelos alunos. Embora ligeiramente mais apetrechadas, as escolas do ensino secundário também não estão preparadas para 'acompanhar as exigências do século XXI', como refere o sindicalista. Neste "setor de ensino, mais do que instalações satisfatórias, falta, sobretudo material e equipamento técnico" (COSTA, 1998).

Mais um fato comprobatório de que são situações como estas que tornam ainda mais frouxos e pusilânimes o sistema do ensino no país. Os desafios são enormes e extremamente exigentes. A situação tende a persistir se não forem tomadas as medidas cabíveis e correspondentes às metas do milênio. As crianças, os adolescentes, os adultos, enfim, toda a sociedade guineense ainda carece de condições dignas do ensino no país.

Por outro lado, vale lembrarmos que, a Guiné-Bissau, como vários outros países africanos, passou, durante o seu estatuto já de país independente, por vários episódios de conflitos político/militar que, de grosso modo, acabaram vilipendiando os esforços desdobrados para que houvesse uma melhoria substantiva na educação, e não só. À luz dessa afirmação, de acordo com Semedo, "No caso da Guiné-Bissau, o conflito de sete (7) de junho de 1998 colocou em risco todos os avanços conseguidos antes e agravou a situação por si já precária debilitada e menos eficaz dos setores sociais" (SEMEDO, 2005).

Neste sentido, entendemos que, uma educação de qualidade sempre estará longe de ser vista num país que carece a priori, de estabilidade, paz, sossego e tranquilidade. Pois esses, no nosso entender, são valores primordiais para o alcance de êxitos almejados por qualquer que seja pessoa, grupo ou nação.

Poucos são os parceiros que não esperam por melhores momentos, por ambientes propícios a um investimento, porque sem estabilidade o país passa a ser inscrito nos grupos de alto risco. E, é infelizmente, nesses momentos que as crianças, os jovens e mulheres se tornam mais vulnerável. E precisamente nos momentos de conflito, de instabilidade social e política que os direitos mais elementares da pessoa humana são violados; as crianças são feitos soldados, crianças e jovens são violados e muitos são levados a prostituição. "E as violências não são apenas físicas, mas também psicológicas, sendo elas últimas, seqüelas que ficam permanentes na mente do sujeito violado" (SEMEDO. 2005 p. 07).

No entanto, não nos resta dúvidas que a estabilidade política, a paz, a tranquilidade e sossego são requisitos indispensáveis e/ou imprescindíveis para o gozo e usufruto de uma vida social mais justa e condigna – e, conseqüentemente, para a construção de uma

sociedade melhor para se viver. Uma “sociedade melhor”, no nosso entendimento, seria uma sociedade com mais direitos não só a educação, mas também a saúde, a bem-estar e a tantos outros pré-requisitos elementares para a afirmação e progressão de qualquer indivíduo no meio social.

Desta feita, é importante reconhecermos que, toda a pessoa humana, independente de sexo, raça, cor, credo merece uma educação de qualidade, uma educação capaz de transformá-la, capaz de mudar a sua vida, sua atitude etc. Uma educação que possa fazer com que este/a possa se inserir na sociedade com uma auto-estima mais elevada e a esperança de um futuro melhor para si, sua comunidade ou bairro e, conseqüentemente, para a sua pátria.

É exatamente isso que Semedo descreve como a “Educação como Direito”. De acordo com ela, a educação como Direito não deve ser vista com um olhar restrito, ou seja, ela, a educação, em sua opinião deve ser vista de uma forma mais ampla – com mais abrangência, não apenas a educação em si como um objeto único, devendo nesse horizonte incluir o direito a vida, à saúde, ao lazer, à convivência familiar, enfim, a dignidade. (SEMEDO, 2005).

Entretanto, acreditamos piamente que, tal realidade, com a colaboração de todos, tanto do estado, das ONGs nacionais e internacionais, dos parceiros do desenvolvimento como tem sido ultimamente, e de toda a sociedade em geral pode ser superada. Cremos que, se forem adotadas medidas racionais e muito bem articuladas, todas as dificuldades podem ser superadas e que, a Guiné-Bissau possa, assim como outras nações, encontrar as próprias respostas para solucionar seus problemas, não só no tocante a educação, e sim, todas as outras áreas sociais.

2.2 AS RECORRENTES INSTABILIDADES POLÍTICA, MILITAR E ECONÔMICA COMO FATORES CONDICIONADORES DO FRACASSO DO SISTEMA DE ENSINO NA GUINÉ-BISSAU

Antes de avançarmos para o desenvolvimento dessa temática, vale evocar que, para o desenvolvimento de um país se consumir, em sua plenitude, não só no tocante a educação, e sim a todas outras áreas sociais é necessário que o mesmo tenha estabilidade

tanto política, militar quanto econômica. Isto porque para nós, dificilmente haverá um bom funcionamento das instituições de ensino e não só, num país em que sempre há conflitos entre políticos e militares, tais como golpes de estado, queda ou destituição de governo, falta de pagamento dos salários aos funcionários públicos, servidores e outras agentes que prestam serviços ao Estado.

2.2.1 Fator político

A Guiné-Bissau sempre vivenciou crises políticas desde a sua consagração como país independente. O país ganhou a fama de país em que nunca um governo democraticamente eleito terminou seu mandato – devido às sucessivas quedas de governos e golpes militares. (UNIÃO EUROPEIA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL apud CORREIA, 2013). À luz dessa afirmação, Correia salienta,

Desde sua independência, em 1974, que a Guiné-Bissau tem vivido uma série de profunda e, por vezes, violentas mudanças políticas. O primeiro Governo foi do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), que sobreviveu até 1980 e, depois, foi derrubado por um golpe de Estado. Desde essa data, de 1980 a 1993, houve uma série de tentativas de golpes de Estado que falharam. Em 1994 houve a primeira eleição presidencial no país, em que venceu o presidente que deu o golpe em 1980. Desde os finais dos anos 90, Guiné-Bissau tem vivenciado instabilidades político-militares. (CORREIA. 2013, p.53)

Essas instabilidades políticas constantes, no nosso ponto de vista, não possibilitam a florescência da paz, do sossego e da tranquilidade no seio da sociedade. Acabando assim, de maneira mais trágica e impactante, por fragilizar as instituições públicas em geral e o setor de ensino em particular. Dificilmente o país consegue manter um bom ritmo de crescimento e um ensino de qualidade sem que haja um clima propício para que isso ocorra – pois para nós, os fenômenos acima descritos são indispensáveis para projetar e, conseqüentemente, edificar uma sociedade sã e próspera – onde as crianças, adolescentes, jovens e adultos possam estudar com mais tranquilidade e conseqüentemente adquirir um ótimo proveito escolar.

A Comunidade Internacional sempre dialogou com as autoridades da Guiné-Bissau em face de qualquer sobressalto no país – sempre supervisionou as constantes e quase permanentes eleições que se realizaram no âmbito de reposição da normalidade

constitucional. Ela financia enviando observadores para a missão de supervisionamento e fiscalização das mesmas como observa Correia,

A partir de 2004, a Comunidade Internacional solicitou as autoridades locais que, após o período de transição, realizassem nova eleição, com o objetivo de promover a estabilidade política no país. A eleição foi realizada em junho de 2005. No entanto, essa nova eleição não trouxe a estabilidade política esperada e continuaram, com frequência, os atritos que provocaram a instabilidade governamental. Em novembro de 2006, foi apresentado, numa mesa redonda, em Genebra, um plano para captar doadores dos recursos financeiros, com o objetivo de tentar captar os recursos para retirar o país da situação em que se encontrava. Um dos fatores apresentados pelas autoridades da Guiné Bissau foi a instabilidade política que voltou a se registrar no país. (CORREIA, 2013, p.52).

O mais surpreendente de todos os episódios no âmbito de golpes e assassinatos foi o acontecimento do dia 02 de Março de 2009, dia em que o então Presidente da República foi assassinado e, horas depois, culminando com outro assassinato – o de então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ambos em pleno desempenho de suas funções. (CORREIA, 2013).

2.2.2 Fator militar

A maioria de casos da instabilidade política e governativa na Guiné-Bissau deveu-se a séries de levantamentos militares que foram levados a cabo. Há uma forte ligação da classe política com a classe castrense (militar) nesse sentido. Foi desde os anos 80, ano em que se deu primeiro golpe de Estado no país, que os militares sempre se levantaram contra os políticos. Levantamentos esses que se tornaram freqüentes tendo lugar em épocas seguintes, sendo os mais concretos (1998, 2003, e 2012), este último o mais recente e que resultou em um período de dois anos de transição. E os mesmos sempre culminam com espancamento dos políticos, afastamento dos mesmos de suas funções, e inclusive a assunção do poder pelos militares etc. Em regência disso, Correia salienta,

Em 12 de abril de 2012, na véspera do início da campanha para a segunda volta da eleição presidencial na Guiné-Bissau, os militares ocuparam a Rádio Nacional, a sede do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo- Verde (PAIGC), que é o maior partido do país, e atacaram com rockets, morteiros e granadas a residência do Primeiro Ministro no fim do mandato de Carlos Gomes Júnior. A Rádio Nacional e a Televisão estatal deixaram de emitir as notícias aos

serem tomadas pelos militares revoltosos. Os acontecimentos deram-se entre 19 e 21 horas, hora local. (CORREIA, 2013, p.53).

Essa não foi a primeira vez que os militares se levantaram contra o poder político na Guiné-Bissau – foram tantos e tantos levantamentos com as mesmas características e com os mesmos impactos. A população é que acaba pagando com tais ações; elas são mais atingidas e, sobretudo, mais afetadas – tendo que viver o drama e a angústia sempre causados por tais levantamentos. O país fica em estado de alerta, as instituições públicas e privadas ficam paralisadas, as ruas e avenidas ficam interditadas, e proibidas à circulação de pessoas (civis), as ajudas externas são temporariamente canceladas exigindo a reposição da normalidade constitucional, interferindo deste modo no dia a dia da população e, sobretudo, dando lugar a penúria dos recursos tanto financeiros quanto alimentícios, a fome, a miserabilidade etc.

Ainda no caso do golpe de Estado ocorrido no dia 12 de abril de 2012, de acordo com Correia, os militares protagonizaram o acontecimento alegando a presença com fortes armamentos das tropas angolanas, – ações que eles qualificam de invasão ao país, pois segundo os mesmos, o país não se encontrava em guerra e que estava sendo supostamente estabelecido um secreto acordo militar. (CORREIA, 2013).

Com base nesses fatos é perceptível e, ao mesmo tempo, irrefutável que esses atos militares ameaçam a paz e o bem-estar social, imiscuindo diretamente no normal funcionamento dos espaços públicos, no dia a dia dos cidadãos etc. Ou seja, para nós, esses sucessivos levantamentos militares atrapalham o bom funcionamento dos órgãos estatais – incluindo, obviamente, o setor de ensino. Provocam pânicos nas populações e, de maneira mais traumática ainda perpetram a violência não só física, mas psicológica nas mesmas. De grosso modo, quando se verifica esses levantamentos os estudantes não conseguem ir para as salas de aulas – são perdidos alguns dias, senão semanas letivos por conta deles.

2.2.3 Fator econômico

O quadro macroeconômico da Guiné-Bissau não é dos melhores, há ainda muito por fazer – a precariedade do setor é tamanha. O país ainda enfrenta inúmeras dificuldades no

concernente a esse setor. O mesmo ainda depende muito dos parceiros internacionais para sustentar o aparelho de Estado, beneficiando de doações por parte destes, perdões de dívidas etc. De acordo com CORREIA (2013), o sistema financeiro da Guiné-Bissau é considerado débil, alarmante. O quadro macroeconômico, embaçado pela inflação apresenta um déficit público alto, baixa remuneração e constantes desvalorizações e conflitos político-militares que não respaldam para a criação de uma poupança própria e de incentivo do investimento.

A Guiné-Bissau apresenta um PIB calculado na ordem dos 145,9 milhões de FCFA em 2001, sendo um dos mais baixos da África subsahariana. Em matéria econômica na senda dos três Programas de Ajustamento Estrutural a partir de 1987, o país se engajou na via de economia de mercado e da iniciativa privada. A taxa de crescimento real do PIB caiu de 3.5% em 1999 para 1.8% em 2000, mantendo-se estável em 2001. (PLANO NACIONAL DE AÇÃO/EPT. 2003 p.12).

Estes números mostram claramente a debilidade do sistema macroeconômico do país. De acordo com o mesmo documento, segundo um relatório mundial sobre desenvolvimento humano do PNUD para 2000, a Guiné-Bissau situa-se 169º lugar entre os 174 países do mundo. (PLANO NACIONAL DE AÇÃO/EPT, 2003).

Estas situações de tamanha precariedade se agravam mais ainda com as recorrentes instabilidades político-militares – que inviabilizam os esforços para contornar as referidas dificuldades; tornando mais árdua a tarefa de organizar a economia. Os investimentos previstos já não ocorrem, os baixos salários tendem a baixar-se ainda mais, o poder de compra reduz consideravelmente, a miserabilidade aumenta... A inflação, por sua vez, foge do controle e a população carece mais e mais de recursos financeiros dignos dos seus trabalhos. Ainda nessa linha, Correia enaltece,

Às vésperas do conflito de 1997, os indicadores macroeconômicos apresentavam sinais positivos. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, atingia 5,4%, com uma tendência para os 5,1% no primeiro trimestre de 1998. Porém, em 07 de junho de 1998, o país teve uma paralisação econômica em razão do conflito político militar que decorreu nos anos de 1998 e 1999. (CORREIA. 2013, p.54)

Fatos que, de certa forma, comprovam os riscos que os constantes golpes militares propiciam ao sistema macroeconômico do país. Porém, depois da guerra civil, já em 1999, de acordo com CORREIA (2013), o país cresceu de 7,5% em 2000 e 7,2%, em 2001. Mas

logo em 2002 e 2003, depois de dois anos de crescimento ele voltou a registrar grandes retrações.

No entanto, no nosso modesto ponto de vista, para que o sistema econômico progrida é necessário que haja sossego, paz, tranqüilidade etc. Só havendo esses elementos que o país irá conseguir ter uma economia sólida – uma economia que consiga dar conta de necessidade do país e de todos os cidadãos afetos, tais como: salários em dia, saúde, educação de qualidade através de construção de edifícios escolares dignos e que comportem as demandas da população.

Para CORREIA (2013), tese na qual subscrevemos com total veemência “os fracassos no desempenho econômico, a dependência quase que total do apoio internacional, o sistema educacional debilitado, a péssima infra-estrutura, a falta da energia elétrica e de água canalizada para os cidadãos, a alta taxa de migração, o aumento do combustível, os atrasos do pagamento dos salários aos funcionários públicos, bem como outros fatores são resultados eloqüentes dos constantes golpes militares que causam caos e selam a instabilidade política e institucional no país”.

2.2.4 A educação para todos no contexto da Guiné-Bissau e algumas de suas prioridades: breve relato

Levando em conta problemas que acarretam o bom funcionamento do sistema educativo, entre as quais –, a insuficiência de infra-estruturas escolares, número reduzido de pessoal qualificado para a atuação no setor, insuficiência de materiais didáticos apropriados e de principais suportes pedagógicos, elevado índice de analfabetismo, precariedade do setor macroeconômico, baixo salário, disparidades do gênero no âmbito de ingresso e permanência nas escolas entre outros, o governo criou o seu próprio Plano Nacional de Ação/EPT. SEMEDO (2005).

O referido Plano, segundo o próprio documento elaborado por esse setor, denominado PLANO NACIONAL DE AÇÃO/EDUCAÇÃO PARA TODOS, foi inspirado nas recomendações e orientações do Quadro de Ação de Dakar (QAD), onde ocorreu o Fórum Mundial sobre a EPT em abril de 2000, – bem como nas orientações políticas e estratégicas do Plano-Quadro Nacional da Educação para o Desenvolvimento Humano, no Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza, nos documentos

sobre as facilidades para o alívio da dívida e crescimento econômico da iniciativa PPAE e entre outras diretivas e princípios normativos do Sistema Educativo Nacional. (PLANO NACIONAL DE AÇÃO/EPT, 2003).

Neste âmbito, vale salientar que, esse Plano, ainda de acordo com o mesmo documento, foi traçado para cobrir todas as regiões do país, que são no geral nove (9), incluindo o Setor Autônomo de Bissau (SAB), capital; onde cada uma deve, de acordo com a sua realidade, elaborar um plano de operações que consigam responder as demandas de populações afetadas a mesma. (PLANO NACIONAL DE AÇÃO/EPT, 2003).

Para tanto, devido às objeções já nomeadas, que brutalmente afetam o setor de ensino no país, o Plano Nacional de Ação/EPT delineou uma série de ações visando contribuir para dar uma nova roupagem ao setor. Entre essas ações, de acordo com SEMEDO (2005, p.5-6), se destacam:

. **Educação e Proteção da Pequena Infância** em que se prevê a proteção, atendimento e desenvolvimento da pequena infância, cuja política, até a elaboração do PNA/EPT, o país não dispunha, tendo até esse momento trabalhado com programas ad hoc.. **Gratuidade do Ensino Básico** que é assumida, no documento, como um meio de inclusão de todas as crianças, evitando que muitos pais deixem de enviar os seus filhos a escola por falta de meios financeiros para pagamento de taxas de matrícula e propinas.

. **Promoção da escolarização das Raparigas** que tem uma grande ênfase neste documento, atendendo a que se constata uma grande disparidade na participação de meninos e meninas na escola. As meninas são as mais prejudicadas, pois são chamadas pelas mães para ajudarem nas lides caseira, assim como nas atividades geradoras de rendimento, para o sustento da família. O casamento e a gravidez precoces são também fatores que não favorecem a participação de meninas na escola, acabando esse elemento por estar na origem da fraca participação da mulher na vida política e nas esferas de decisão. Portanto, preconiza-se a eliminação paulatina das disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário.

. **A alfabetização e Educação de Adultos**, sobretudo de mulheres e raparigas; a educação/formação de jovens; o ensino e formação à distância via rádio são apostas bem fundamentadas neste documento e com cariz de urgência, nomeadamente, a formação de professores. Pretende-se uma capacitação em serviço com vista a melhoria de performance do professor e conseqüente melhoria da qualidade do ensino. Concernente aos jovens preconiza-se uma formação (alternativa) qualificada e funcional que os permita participar na vida ativa, sobretudo os e as do campo.

. **As iniciativas comunitárias**, que no quadro da EPT, inscrevem-se na filosofia de ampliar os parceiros do sistema, dando a todos eles a oportunidade de participação no processo. Esta filosofia de ampliação de parceria pode ser um caminho para a melhoria do acesso, da qualidade, da gestão e de controle do processo ensino/aprendizagem. Porém, cabe a Educação definir a política. Por

exemplo, no espírito da EPT a criação de escolas comunitárias deverá ser de acordo com as orientações políticas da Educação. Esta deve definir a forma da sua integração no sistema educativo nacional, cabendo as comunidades contribuírem nas atividades de construção, quer através da mão-de-obra e com participação em matérias existentes no local, quer através dos serviços de vigilância dessas instituições.

. Relativamente a **Manuais Escolares**, e a sua Produção, preconiza-se um apoio substancial à Editora Escolar (EE), entidade nacional responsável pela elaboração e edição de livros e manuais escolares, apoiado até 2000, pela ASDI, cooperação sueca. O entendimento é de que a EE deve modernizar o seu sistema de gestão, diversificar a sua ação, abrindo também um leque de parceria que permitia a diversificação de fontes de financiamento para a sua sustentabilidade. Nesta linha, seria a forma de tornar durável a política de distribuição gratuita de livros, levada a cabo pelo governo.

Muito embora a citação seja longa, mas vale a pena tecê-la para nos possibilitar uma maior compreensão sobre a temática, pois, a nosso ver, essas e outras ações/iniciativas que não puderam ser enumeradas são de suma importância para melhorar a performance do sistema educativo do país, através claro, de sua aplicação na íntegra e de sua prática. Pois só assim haverá uma mudança radical e um avanço considerável nesse setor social que ainda carece de uma boa estrutura. O plano ainda apresenta algumas de suas **prioridades** que dialogam justamente com as ações acima listadas, a saber:

a) - redefinição de conceitos da pequena infância no quadro da política educativa e Fórum Mundial; criação de condições institucionais e técnicas pedagógicas, apoio a iniciativas existentes, alargamento dos centros, promoção e criação dos centros comunitários de nutrição, saneamento básico e de educação pré-escolar respectivamente;

b) – alargamento da rede escolar; formação inicial e em serviços dos professores e inspetores; adequação dos programas, do calendário escolar e materiais didáticos devem se produzir atempadamente, redução das disparidades, reforço da capacidade institucional e promoção da saúde escolar. (PLANO NACIONAL DE AÇÃO/EPT, 2003).

Visto isso, no entanto, podemos constatar que há planos e prioridades bem traçadas e que só precisam de maior engajamento tanto por parte do governo, através do Ministério da Educação, em parceria com ONGs coadjuvantes, quanto da sociedade guineense como um todo – para juntos mobilizar mais recursos para o setor – redimensionar o plano de cooperação com os países parceiros, e, por outro lado, possibilitar cooperações com outras nações que ainda não se configuram nesse leque de países parceiros.

Em suma, na nossa conclusão, todos os fatores que impedem o ideal desempenho do setor do ensino no país, tal como referimos acima, entre as quais a falta de salário atempado, escassez de material didático, disparidades de gênero nas escolas, elevado índice de analfabetismo entre outros, só poderão ser melhorados e superados com mais investimento no setor, mais apoios financeiros das ONGs e países parceiros, mais comprometimento do pessoal atuante da área em desenvolver programas e/ou projetos visando à capacitação de jovens e adultos, em fim, mais envolvimento dos técnicos e supervisores, tanto nacionais, quanto internacionais.

3 SEGUNDO CAPÍTULO: POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA PARA A GUINÉ-BISSAU (2003-2010): BREVE HISTÓRICO

No concernente a política externa do governo Lula para a Guiné Bissau, durante o período compreendido entre os anos 2003-2010, conforme veremos mais a diante, vale ressaltar que a mesma se insere no âmbito da Cooperação Sul-Sul, bem como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento que visam uma cooperação ativa e proativa entre os Estados cooperantes – de modo a possibilitar uma maior interação entre os mesmos, baseada na horizontalidade, na não-indiferença, na inclusão social massiva e na promoção do desenvolvimento sustentável. Mas antes de aprofundarmos e/ou mergulharmos no tema gostaríamos de fazer uma breve contextualização (retrospectiva) sobre as relações entre as duas nações.

3.1 HISTÓRICO DE POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA A GUINÉ- BISSAU: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A política externa brasileira para a Guiné-Bissau, segundo Kamilla Raquel Rizzi⁴, ocorre em três fases, a saber: a primeira fase tem a ver com o estabelecimento dessa política e/ou relação, que ocorre entre os anos (1974 a 1990); a segunda fase se refere ao redimensionamento da mesma, ocorrendo justamente entre os anos (1990 a 2002); e a última fase, que é o foco principal da nossa pesquisa, a qual abordaremos com mais abrangência diz respeito em conformidade com ela à uma “Nova fase da política externa brasileira para Guiné-Bissau” que compreende o período de (2003 à 2010), isto é, período da gestão Lula do Partido dos Trabalhadores.

⁴ Kamilla Raquel Rizzi é professora adjunta de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Doutora em Ciência Política (2012), Mestre em Relações Internacional (2006) e Licenciada em História (2003) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora associada do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), na UFRGS.

A despeito disso, no respeitante ao **estabelecimento** dessa política/relação, que é o ponto de partida das relações entre os dois Estados, RIZZI (2012) assegura:

No que diz respeito à Guiné-Bissau, é interessante citar que o Brasil criou um Consulado Honorário em Bissau, subordinado ao Consulado Geral de Lisboa, em junho de 1961, dentro de uma confirmação do viés africano da Política Externa Independente. O Brasil também foi o primeiro país do ocidente a reconhecer a independência da República de Guiné-Bissau, em julho de 1974 (antes mesmo da aceitação da independência, por parte de Portugal, a qual ocorrerá em agosto seguinte). Na mesma data, o Representante do Brasil nas Nações Unidas recebeu o embaixador bissau – guineense Júlio Semedo (observador permanente da República da Guiné-Bissau na ONU), o qual solicitava o apoio brasileiro à admissão da Guiné-Bissau independente na Organização das Nações Unidas. (RIZZI, 2012, p.122).

Ainda de acordo com RIZZI (2012), em 13 de setembro de 1974 foi criada a embaixada brasileira em Bissau (com funções cumulativas com Cabo-Verde). Onde o Embaixador Joayrton Martins Cahu foi enviado para a mesma, e que logo em Fevereiro seguinte, isto em, de 1975 entregou as credenciais em Bissau.

Percebe-se, no entanto, através desses fatos, que a relação entre os dois países não começou no período que se propôs estudar nessa pesquisa, e sim desde o século XX, mais concretamente a partir da década de setenta, data na qual o Brasil buscou estabelecer e estreitar sua relação de cooperação com o então Estado que tinha começado a dar seus primeiros passos, se inserindo nas organizações e entidades regionais e globais, como é o caso das Nações Unidas.

Ademais, vale frisar que a política brasileira para Guiné-Bissau ora aludida se deu sob a Presidência de Ernesto Geisel e a Chancelaria do Antonio Fagundes Azeredo da Silva respectivamente; e que posteriormente teve sua continuidade com o Presidente João Figueiredo e o também Chanceler de seu Governo Ramiro Saraiva Guerreiro. (RIZZI, 2012).

Durante a gestão desses, como ainda nos mostra RIZZI (2012), foram realizadas várias visitas do Estado – tanto por parte da Guiné-Bissau assim como por parte do próprio Brasil, sendo as mais notáveis as de Luís Cabral em 20 e 25 de junho de 1980, sendo o primeiro Presidente guineense a fazê-lo; e, a igualmente primeira visita presidencial do Brasil a Guiné-Bissau, realizado pelo então Presidente Brasileiro, João Figueiredo. Visitas essas que culminaram com assinatura de acordos em diversas áreas, discursos políticos voltados para o reconhecimento, valorização e fortalecimento dos laços existentes.

Face ao Golpe de Estado que teve lugar em 14 de Novembro de 1980, e a assunção do poder pelo líder do Golpe, João Bernardo Nino Vieira, e a adoção do regime socialista (Partido Único), o país passou a viver momentos de escassez e penúria em diversos segmentos, de profundas crises em quase todos os setores. O sistema adotado não coadunava com a realidade do país. O país entrou em profunda recessão econômica e falta de recursos como alude RIZZI, (2012, p.130): “Assim sendo, esses primeiros anos de socialismo na Guiné-Bissau acabaram por gerar uma insatisfação econômica generalizada perante a população: nem a indústria, nem a produção agrícola nem o comércio evitaram suas estagnações”.

Fatos que, ainda em conformidade com a autora, obrigaram o governo guineense a aproximar-se mais do ocidente, iniciando as primeiras reformas e privatização das empresas estatais, a pedido do Fundo Monetário Internacional (FMI); exigências essas que serviram de pré-requisitos para futuros empréstimos.

Mediante esse cenário, a cooperação entre ambos os países não se encerrou, não obstante uma ligeira redução nas importações tendo em conta a crise econômica de ordem internacional que estava afetando todos, como assegura Rizzi. Segundo ela,

Os termos como “limitação de ordem financeira”, “problemas pontuais de finanças” ou ainda “ajuste de financiamento” passaram a ser lugar comum na documentação diplomática entre os dois países a partir de 1986, identificando o grau de dificuldades existentes nessas relações e o conseqüente congelamento dessas. (RIZZI, 2012, p.136).

No entanto, para fecharmos essa breve narrativa sobre o estabelecimento da política externa brasileira para a Guiné-Bissau, no período que compreende os anos (1974/1990), vale enumerar alguns pontos comuns que emanaram da mesma, evidenciados pela Kamilla Raquel Rizzi. De acordo com ela, os pontos de interesse comum no relacionamento durante o período supracitado são:

Autodeterminação dos povos, igualdade soberana dos Estados, Nova Ordem Econômica Internacional, preocupação com a crescente dívida externa dos países do terceiro Mundo, esforços em prol do desarmamento, condenação do apartheid, preservação do atlântico sul como instrumento pacífico de intercâmbio e cooperação e reconhecimento do povo palestino à autodeterminação. (RIZZI, 2012, p.137).

Em suma, como podemos constatar na citação, esses foram os pontos que emanaram da relação e do fortalecimento dos laços de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau durante esse período. Cooperações essas que foram estabelecidas nos tempos muito difíceis, visto que, a Guiné-Bissau, na altura, tinha acabado de se consagrar como um país soberano e independente e que obviamente tinha enormes dificuldades e objeções para superar.

No respeitante a denominado **“Redimensionamento”** da política brasileira para Guiné-Bissau, decorrente no período de 1990 a 2002, de acordo com a autora, durante este período houve articulações diplomáticas por parte do governo brasileiro para a Guiné-Bissau, porém foram pautadas essencialmente na renegociação de dívidas que o país tinha com o Brasil, em cooperação educacional e técnica entre outros, como podemos conferir nessa citação:

O traço político foi a base da política externa brasileira para a Guiné-Bissau de 1990 a 2002. A maior parte da documentação diplomática da embaixada em Bissau e mesmo da DAF-II para Bissau, entre 1990 e 2002, referiu-se a quatro grandes temas: a) a renegociação da dívida bissau-guineense, b) a cooperação educacional e técnica, por meio da diminuição de número de bolsas, c) a dificuldade logística entre Brasil e a Guiné-Bissau e d) a instabilidade interna Bissau-guineense, seja por tentativas de golpes, por insatisfação das Forças Armadas, reformas ministeriais ou ainda por problemas fronteiriços da Guiné-Bissau, especialmente com Senegal. (RIZZI, 2012, p.182).

A instabilidade política, como já se pode constatar, sempre foi característica do cenário político bissau-guineense – principalmente após o período do golpe decorrido de Novembro de 1980. (RIZZI, 2012). Instabilidades essas que, de certa forma, embaçam as relações de cooperação bilateral entre a Guiné-Bissau e os seus parceiros, com reflexos nas ações que são fomentadas no plano bilateral como afirma RIZZI (2012, p.188), “De tal modo essas instabilidades políticas e sociais bissau-guineense e o recuo da presença brasileira ocasionaram a diminuição dos contatos bilaterais, que também derivou na queda das atividades de cooperação, ofertadas pelo Brasil à Guiné- Bissau”.

Devido a estas e outras situações, ainda em conformidade com RIZZI (2012), a relação de cooperação bilaterais em diversas áreas, pelo menos na primeira metade da década de 1990, sofreram certas defasagens – no caso da educação, por exemplo, que sofreu reduções expressivas na concessão de bolsas e, conseqüentes cortes de auxílios antes concedidos; saúde, que também sofreu uma considerável redução de auxílios concedidos pelo Brasil. Nesta perspectiva, Rizzi afirma: “É relevante visualizar que, entre 1990 e 1997, não ocorreram contatos de alto nível no âmbito bilateral: esses se

deram, indiretamente, nas cúpulas e demais encontros gerados pela preparação e posterior da CPLP (como em 1993)”.

A reerguida, com afinco, da cooperação bilateral se viu resplandecer, ainda em conformidade com a autora, apenas na segunda metade da década, mais precisamente em 1997, aquando da visita do então Presidente da República da Guiné-Bissau João Bernardo Vieira ao Brasil. Onde se encontrou com o seu homólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso, (RIZZI, 2012).

Na ocasião, foi assinado um acordo de cooperação na área de turismo. Essa visita, de certa forma, auxiliou a relativa retomada dos contatos bilaterais, efetivadas progressivamente após crise bissau-guineense de 1998/1999; depois desses episódios, nova reunião de Comissão Mista ocorreu (1997), além de maiores conversações sobre a cooperação na área de defesa (1999 e 2000), o apoio brasileiro nas eleições da Guiné-Bissau de 1994, 1999 e 2000, as novas missões guineenses no Brasil (como em 1999 e 2002) e em outras iniciativas que gradualmente estancaram aquela defasagem nas relações bilaterais do início da década. (RIZZI, 2012, p. 191).

Percebe-se através desse breve relato que a cooperação bilateral Brasil & Guiné- Bissau durante esse período foi marcada por sobressaltos e /ou instabilidades políticas que não contribuíram em nada – a não ser em interrupções do processo de consolidação da paz e do bem-estar social.

Enfim, essa foi um pouco da retrospectiva sobre a política externa brasileira para Guiné-Bissau. As relações entre as duas nações, como ficou claro, se iniciaram muito antes do período que se objetiva analisar nesse trabalho. Período que, já em seguida, abordaremos com mais ênfase, e, que, para Dron (2015), foi de crescimento significativo nas relações e ações/iniciativas do governo brasileiro voltadas a Guiné- Bissau.

3.2 GOVERNO LULA E A SUA POLÍTICA EXTERNA PARA GUINÉ-BISSAU (2003-2010)

Da parte do Brasil, nós temos uma dívida histórica com o continente [...] E também porque o Brasil tem conhecimento tecnológico, o Brasil tem estrutura empresarial, o Brasil tem base intelectual para, dentro das suas possibilidades, ajudar para que os países mais pobres tenham um mínimo de ajuda para dar os passos seguintes. É por isso que estamos aqui com Ministro da Educação, viemos com o Ministro da Saúde, viemos com o Ministro da Cultura, estamos aqui com representantes do SENAI para tentar estabelecer escolas de formação profissional, e queremos contribuir em várias outras áreas.
[...] E o Brasil, como país que tem maior economia, como país que tem mais conhecimento científico e tecnológico, como país de maior inserção nesse mundo globalizado, o Brasil tem obrigação não de ser generoso, o Brasil tem a

obrigação de dar a sua contribuição para que os países menores e mais pobres possam crescer se desenvolver e gerar qualidade de vida para o seu povo. (SILVA apud RIZZI. 2012, p.233).

São palavras, como podemos ver, do então presidente do Brasil Luis Inácio Lula da Silva, em seu discurso proferido na ocasião da sua visita oficial de Estado realizada a Guiné-Bissau, em 13 de abril de 2005 (RIZZI, 2012). Ainda de acordo com RIZZI (2012), o período 2003/2010, período dos dois mandatos do Ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi intenso nas ações externas brasileiras para a Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, segundo (RIZZI. 2012, p.232), tem se caracterizado profundamente como um país “frágil”, onde os conflitos militares e sócio-políticos são uma constante, destruindo as estruturas econômicas da sociedade bissau-guineense. As convulsões nas Forças Armadas da Guiné-Bissau e as conseqüências para estabilidade política nacional foram o ponto característico da Guiné-Bissau no período 2003/2010.

Grosso modo, essa instabilidade político-militar foi à principal pauta da política externa do Brasil para com a Guiné-Bissau durante o período supracitado (RIZZI, 2012). Fato que fica evidente com as declarações na LXV Assembléia Geral das Nações Unidas, do então Chanceler do Governo Lula, Celso Amorim:

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné-Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a Comunidade Internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às Forças Armadas. (AMORIM apud RIZZI. 2012, p.238).

No concernente às modalidades de cooperação, referida pelo Chanceler, como podemos verificar na referida declaração, vale frisar que, as ações desenvolvidas durante a Gestão Lula na Guiné-Bissau se deram no âmbito da Cooperação Sul-Sul, como ressaltou o próprio Lula em uma de suas alocuções aludindo à cooperação bilateral entre o Brasil e a Guiné-Bissau. “Estamos dando um exemplo concreto do alcance da cooperação Sul-Sul. Ela representa um poderoso instrumento para desenvolver plenamente o potencial de nossas sociedades e realizar o sonho de um mundo mais justo e democrático” (SILVA apud RIZZI, 2012, p.242).

Além dessa modalidade de cooperação ainda podemos destacar as classificadas por cooperação técnica, cooperação Solidária entre outras. Conceitos que achamos importantes para entendermos, com mais amplitude, o desdobramento dessa cooperação e

as suas políticas, e que de uma maneira concisa, mais adiante vislumbraremos.

Por ora, vale salientarmos que, no concernente a visita do Estado realizada em abril de 2005 à Guiné-Bissau, de acordo com RIZZI (2012), o Presidente Lula se encontrou com o Presidente interino da Guiné-Bissau, Henrique Rosa, o Primeiro Ministro Carlos Gomes Junior, e com o Presidente da Assembléia Nacional Popular (ANP), deputado Francisco Benante. E, em mais uma de suas intervenções sobre a sua presença no país, e o fortalecimento da cooperação bilateral entre o Brasil e a Guiné-Bissau, defendeu o seguinte:

Eu penso que muitas vezes é mais fácil nós dizermos ao mundo que somos pobres por causa dos outros. Muitas vezes é mais fácil a gente afirmar que não progrediu ou não cresceu por causa de algum inimigo externo. Por causa de algum problema em outro país. E nós nunca [...] discutimos quais os erros que nós cometemos e o que precisamos fazer para que a gente deposite na consciência da nossa gente a confiança de que, a partir da ação de cada um, a gente pode ir construindo nos nossos países, um modelo de desenvolvimento sustentável, com a economia crescendo, somente assim é que a gente produzir riquezas. Nós entendemos que a relação do Brasil com [a] Guiné- Bissau, a relação do Brasil com o continente africano, pode ajudar e muito, não apenas [a] Guiné-Bissau, os países da África, mas pode ajudar o Brasil. (SILVA apud RIZZI, 2012, p.233).

Ao analisarmos essa declaração, enxergamos com mais nitidez o tipo da cooperação que o Governo Lula almejava para ambos os países, ou seja, é perceptível identificar o viés político adotado pelo governo Lula para se relacionar com a África, e mais diretamente com a Guiné-Bissau. Sendo uma cooperação baseada na reciprocidade, na troca de valores, na valorização, no reconhecimento visando um desenvolvimento sustentável e a geração da qualidade de vida dos seus povos.

No âmbito do apoio brasileiro por reunir mais condições, por ser um país maior, um país com mais tecnologia, mais estrutura empresarial, tal como referido pelo próprio Lula, e devido ao elevado índice de endividamento do governo da Guiné-Bissau para com o Brasil o governo decidiu perdoar a sua dívida com a Guiné-Bissau, fato que ocorreu, segundo RIZZI (2012), em 2008.

O Brasil sempre se mostrou preocupado com as recorrentes instabilidades políticas que assolaram o país durante aquele período, e sempre lutou prontamente para a construção da paz e estabilidade no país. Sendo representante permanente da Missão para a construção da paz para a Guiné-Bissau, o Brasil fez várias movimentações para que a

verdadeira paz se estabelecesse no país, ajudando entre outras coisas com materiais para a realização do pleito eleitoral, que teve e sempre tem lugar em decorrência dos sucessivos golpes militares (RIZZI, 2012).

Porém, embora reconheçamos os esforços feitos por parte das autoridades brasileiras que, inquestionavelmente, foram indispensáveis para que a Guiné pudesse encontrar um novo rumo, mas por outro lado, também vale ressaltarmos que, já que a questão aqui diz respeito à cooperação bilateral, a Guiné-Bissau também fez algo em contrapartida. Ou seja, de acordo com Rizzi,

O Ministro dos negócios estrangeiros da Guiné-Bissau António Isaac Monteiro visitou o Brasil em Março de 2006, para visita do trabalho. Em novembro de 2007, o Presidente Nino Vieira esteve no Brasil. Entre os assuntos tratados pelos dois Presidentes, além da cooperação já existente, foi o reiterado apoio guineense a candidatura do Brasil como membro permanente do conselho de segurança das Nações Unidas, quando de sua reforma, pois já foi declarado nos termos da Declaração de São Tomé (2004) e de Bissau (2006), dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP (RIZZI, 2012, p.243).

Esses laços de reciprocidade, em nossa opinião, fazem parte de qualquer que seja tipo de cooperação, o que evidencia a sua normalidade. Mas de qualquer maneira, para não perdermos o foco, não custa reconhecermos que, de qualquer forma, as ações desenvolvidas pelo Governo Lula para a Guiné Bissau são realmente benéficas para o país e a sociedade como um todo.

De acordo com Dron (2015), nos dois mandatos de Lula, os projetos voltados para a África ganharam nova roupagem dentro de uma perspectiva social e econômica. Sendo que é com base nisso que se multiplicaram as iniciativas visando alicerçar a Guiné-Bissau. Um país com tremenda preocupação no que diz respeito aos Direitos Humanos e ainda com um quadro alarmante de pobreza e baixo desenvolvimento.

O governo Lula, de acordo com Rizzi (2012), empreendeu um conjunto de ações, projetos e acordos de cooperação nas mais variadas áreas, entre elas: Saúde, Agricultura, Pesca comércio, energia e educação; sendo este último o foco da nossa pesquisa, o principal objeto do nosso trabalho. De acordo com Jérémié Nicolae Dron,

A grande maioria das ações desenvolvidas busca o desenvolvimento social e a melhoria do quadro de ampliação e acesso às liberdades fundamentais e, conseqüentemente, ao respeito aos Direitos Humanos no país. Pudemos observar que, durante os governos do Lula, os projetos desenvolvidos em parceria com

países do continente africano, e em particular a Guiné-Bissau, não podiam se resumir meramente a um potencial fortalecimento econômico do Brasil na região, apesar disso ter sido um incentivo claro a esse movimento (DRON, 2015).

No entanto, mediante todos esses relatos, acreditamos que as ações de cooperação desenvolvidas durante o período estudado são de suma importância para um país como a Guiné-Bissau, que ainda sofre muito com a instabilidade política. Um país que não tem uma economia estável, que carece de profissionais qualificados para as suas estruturas administrativas, enfim, um país que precisa de centros de formações, de hospitais de qualidade, de produtos alimentícios, água canalizada, energia constante entre outras coisas que são elementares para se ter uma vida de qualidade.

3.3 BREVE NOÇÃO SOBRE OS CONCEITOS: COOPERAÇÃO SUL-SUL, COOPERAÇÃO TÉCNICA E COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

Como já enunciado num dos trechos acima, neste subitem, vamos fazer, de maneira superficial, uma breve contextualização compreendendo esses conceitos, os quais servem de alicerce para o desdobramento das relações dos países do hemisfério sul, isto é, países situados na linha abaixo do equador. Conceitos que, para nós, são basilares para uma compreensão maior e muito mais nítida sobre a cooperação do tipo que está sendo estudada. Para tanto, num primeiro momento vamos fazer uma abordagem sucinta da Cooperação Sul-Sul, e em seguida da Cooperação Técnica, abordando por último, a Cooperação Solidária.

3.3.1 Cooperação Sul-Sul

Mediante as grandes necessidades do desenvolvimento, da autonomia própria, da assunção das próprias responsabilidades, às grandes conjunturas políticas e sociais, permeadas pelas dominações de povos e nações sobre outros – surge uma grande necessidade de os países, regiões e macro regiões adotarem seus modelos de cooperação, isto é, suas formas de se relacionarem, de estabelecerem suas metas e arquitetarem seu próprio desenvolvimento. Neste sentido, surge a Cooperação Sul-sul, sendo uma

modalidade de cooperação estabelecida por países localizados no sul do planeta, países ditos de “terceiro mundo” ou em vias de desenvolvimento. De acordo com Silva (2011, p.52)

Conceitualmente, a CSS representa um conjunto de atividades de intercâmbio realizadas no âmbito técnico, político e econômico entre os países em desenvolvimento que vem se consolidando há várias décadas em complemento ao modelo tradicional, Norte-Sul, de cooperação internacional. Desta forma, pode-se entender também que se trata —de um processo de interação econômica, comercial, social ou de outra natureza que se estabelece com vantagem mútua entre países parceiros localizados no hemisfério sul.

Tais cooperações se dão em grande medida por intervenções técnicas e específicas nas diferentes esferas sociais nos países cooperantes, com vista a respaldar uns aos outros no processo de construção e edificação de uma nação mais forte, mais autônoma e mais independente.

Nesta ordem de idéias, vale salientar que, segundo SILVA (2011, p.52-53), a hoje denominada Cooperação Sul-Sul, já num sentido mais amplo, teve seu primórdio na década de 1950, denominado então por Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD), com o advento da Conferência Ásia-África, realizada em Bandung, Indonésia, em 1955, se intensificando com o apoio do Movimento dos Não-Alinhados, estabelecido em 1961, na conferência de Belgrado, e mais tarde com o estabelecimento dos 77, em 1964.

Conquistas logradas, como se pode constatar, mediante as necessidades acima apontadas. Os países não ocidentais, isto é, os países pertencentes ao denominado “Sul - Global” manifestaram o direito de serem reconhecidas e respeitadas as suas capacidades e potencialidades. Assim sendo, essa atual modalidade de cooperação possibilita essa ocorrência, ou seja, que esses países identifiquem os seus problemas e os compreendam ao mesmo tempo, de modo a encontrar soluções mais viáveis e adaptáveis as suas reais necessidades, tudo através de uma cooperação horizontal, isto é, uma cooperação onde as partes envolvidas possam cada uma beneficiar da mesma maneira do resultado da mesma.

A Cooperação Sul-Sul rege-se sob alguns pressupostos, isto de acordo com as palavras do SILVA, (2011, p.54). Segundo ele,

Diante das evoluções, a CSS se assenta nos seguintes pressupostos, a saber: i) similaridades no grau de desenvolvimento; ii) os mesmos obstáculos para atingir

níveis satisfatórios de bem-estar social; iii) atividade potencializadora de melhores práticas e orientações sobre o uso eficiente dos recursos; e iv) transferência sistemática e sustentada de experiências, conhecimentos e técnicas que podem ser reproduzidas.

Em nossa análise, estes pressupostos são extremamente importantes para uma boa prática dessa cooperação, pois possibilita os países membros enxergarem com as mesmas lentes o grau de dificuldade que cada um tem e, a partir daí, tirar as próprias ilações visando cooperar para progredir, apropriando-se dos benefícios que um tem a facultar o outro, assim sucessivamente. Ainda neste sentido, Silva enaltece que:

Além de seu caráter residual, em determinadas vertentes, a CSS proporciona mais vantagens que as oferecidas pelo modelo tradicional de Cooperação Norte-Sul, a saber: a) compreende a reciprocidade de benefícios; b) promove iniciativas de maior impacto sobre as carências e os problemas vivenciados nos países receptores; c) implica maior rapidez em sua execução; d) encontra-se não vinculada às condições ou obrigações de compras associadas; e) é destinada tendencialmente aos países abandonados pelos doadores tradicionais e; f) tenciona preservar a diversidade e identidade cultural nos países receptores (SILVA, 2011, p.54)

No entanto, vale frisar que, no nosso modesto ponto de vista, essa modalidade de cooperação estabelecida entre os países de baixa renda, ou seja, países menos poderosos é estrategicamente muito vantajoso para os mesmos, pois permite que estes façam um intercâmbio mais saudável de suas potencialidades, onde o que tem logrado mais êxitos em determinadas áreas respalda aquele que ainda está em déficit nas mesmas, de modo a minimizar as dificuldades que este está enfrentando.

3.3.2 Cooperação técnica

A Cooperação Técnica é um instrumento central da ação externa brasileira. A cooperação que o Brasil promove, num verdadeiro espírito Sul-Sul, privilegia a transferência de conhecimento, a capacitação, o emprego da mão-de-obra local e a concepção dos projetos que reconheçam a realidade específica de cada país. A solidariedade que anima o relacionamento de Brasil com outros países em desenvolvimento é pilar fundamental de nossas ações de cooperação com a África. (AMORIM apud AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2015)

De acordo com MANUAL DE GESTÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL (2013, p. 11), “A cooperação técnica entre países em desenvolvimento é uma das modalidades com maior volume de resultados positivos no quadro geral dos fluxos de intercâmbio “Sul-Sul”.

Vale, no entanto, ressaltarmos que essa modalidade de cooperação ocorre no âmbito da cooperação sul-sul, visando dar maior rentabilidade em termos de formação de curta duração às pessoas que se sintam aptos para adentrarem no mercado do trabalho, mas que, de alguma forma, não tiveram oportunidades devido aos problemas e dificuldades socioeconômicas que os seus países enfrentam.

Mediante isso, podemos afirmar que dispomos de várias formas de defini-la, uma vez que ela integra a cooperação Sul-Sul e se dá entre os países que buscam melhores práticas para alcançarem grandes níveis de desenvolvimento. Desta feita, uma de sua definição foi deflagrada pelo Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul; de acordo com o mesmo documento,

A cooperação técnica é um dos pilares da cooperação internacional. O seu foco é o desenvolvimento de capacidades entendidas como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento (MANUAL DE GESTÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL, 2013, p. 12).

Essa afirmativa nos leva a crer que essa modalidade de Cooperação Técnica adotada entre os países integrantes do hemisfério sul tenciona dar mais viabilidade não só na esfera social, mas também econômica aos países envolvidos, pois estes ao serem munidos de conhecimentos, de boas práticas, de formações técnicas de qualidade dificilmente não progredirão.

Uma iniciativa de cooperação técnica não é um meio para a transferência mecânica de conhecimento e tampouco para a transplantação de práticas exógenas ao país parceiro sem atenção ao contexto local. Ao contrário, os beneficiários não são entendidos como ‘recipiendários’ passivos, mas como os principais agentes das mudanças planejadas. A principal função de um projeto de cooperação técnica é, portanto, a de propiciar o acesso, a absorção e a aplicação de conhecimentos que permitam aos agentes locais de desenvolvimento fortalecer as suas capacidades, um processo que envolve aprendizagem nas dimensões individual, organizacional e interinstitucional (MANUAL DE GESTÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL, 2013, p. 13).

Em assertiva acima ficou ainda mais nítida e esclarecedora o papel da cooperação técnica. Nela podemos perceber a forma como é privilegiado recursos humanos e as suas práticas endógenas – tendo como missão essa cooperação apenas de possibilitar o acesso e a apropriação dos conhecimentos e esperar que essas, de acordo as suas potencialidades e dinâmicas, possam absorver e aplicá-los na pratica visando o desenvolvimento das próprias localidades.

Enfim, com base em tudo o que foi relatado, faz sentido interpretarmos e, em grosso modo, classificarmos a Cooperação Técnica como uma das modalidades de cooperação Sul-Sul mais eficiente e mais dinâmica. Sendo que, na sua aplicação, ela pauta pela formação e capacitação de recursos humanos com menos tempo de durabilidade e, conseqüentemente, com maior empreendedorismo possível. É, no entanto, uma modalidade de cooperação viável para a redução de falta de pessoal qualificado nos países envolvidos que, certamente, apresentam um quadro muito alarmante no quesito desenvolvimento sustentável.

3.3.3 Cooperação solidária

Nos conceitos já apresentados, no tangente as modalidades de Cooperação, ancoradas nos laços Sul-Sul, esse talvez seja um dos mais pertinentes para entendermos o desdobramento dessas relações que vêm se consolidando entre os países do hemisfério sul, no qual o Brasil e a Guiné-Bissau, países sob o nosso foco nessa pesquisa, fazem parte.

Porém, o conceito Cooperação “Solidária” tem recebido várias críticas na academia, pois muitos pesquisadores acham que não existe uma cooperação que se dá nas bases de solidariedade e/ou gratuidade e que não implique interesses visando lucros para enriquecer o país cooperante. A cooperação Solidária, de acordo com MANGO (2016), foi o conceito que permeou os discursos políticos do Luis Inácio Lula da Silva, a quando da sua presidência.

O termo solidariedade sofreu diversas alterações ao longo do tempo, pelo menos na sua forma e no seu sentido de uso, conforme aponta Malomalo (2014) citado por Mango (2016). De acordo com o autor:

Na sua origem, era um conceito jurídico. Foi no século XVIII que se imporia o seu uso político na boca do santimoniano Pierre Leroux. No século XIX teria uma conotação fatural nos escritos do Émile Durkheim que a empregou em dois sentidos: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica, para explicar sociologicamente a transformação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. O outro sentido que a solidariedade comporta é a normativa que, liga-se ao direito romano que se fundamentava numa forma de obrigação da comunidade responsabilizar-se pelas dívidas de um de seus membros e,

inversamente, de um membro responsabilizar-se das dívidas de sua comunidade ou família. Essa concepção da solidariedade recebera novos acréscimos nos séculos XIX com Revolução Francesa e no século XX, com a emergência dos movimentos operários e dos pensadores socialistas, socialdemocratas defensores de um Estado de Direito e um Estado de Bem Estar que garante os direitos dos cidadãos, (MALOMALO apud MANGO, 2106, p. 34).

Mediante essa alocação percebemos um pouco da origem e uso desse termo. No nosso entender, esse conceito, uma vez inserido no campo político, é de extrema e imensurável importância ter o conhecimento do seu emprego pelos atores políticos, entidades e outros intervenientes no cenário político. Isto, pois o mesmo se caracteriza como uma forma diferente e sábia de se estabelecer uma cooperação entre nações com similaridades nos aspectos sociais, econômicas e culturais, pois com base nele os países se relacionam respeitando e se valorizando mutuamente, sem um imiscuir e/ou interferir nos assuntos internos do outro.

Não obstante, é profícuo enaltecer que, de acordo com (MALOMALO apud MANGO, 2014, p. 35), a cooperação solidária não significa gratuidade, mas é uma nova maneira de se fazer a política internacional pautada em direitos humanos, normas éticas e institucionais que visam o desenvolvimento emancipatório das partes cooperantes.

O conceito Cooperação Solidária, como já fizemos menção, em conformidade com Mango (2016), permearam os discursos do então Presidente da República Federativa do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, nos períodos entre (2003-2010). Como evidencia o Malomalo, citado pelo Mango.

Foi a partir dos anos noventa para dois mil, precisamente, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva que o termo Cooperação Solidária tornou-se conceito incorporado nos discursos da diplomacia brasileira. Ele acrescentou ainda que os discursos do Lula, além do seu caráter de espontaneidade, traduzem a visão oficial da política externa do seu governo. Nestes discursos percebe-se que a solidariedade do Brasil para com a África é vista como uma dívida histórica que não se paga em dinheiros, mas com gestos. Estes podem ser entendidos como ações de políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento executados nos campos da economia, da cultura, da educação, da agronomia, da diplomacia/política, em termos de transferências de tecnologias, de trocas de boas práticas em políticas públicas como de combate a fome, de programa de Luz para Todos. (MALOMALO apud MANGO, 2016, p.35).

No entanto, a assertiva acima faz nada mais e nada menos que um supra-sumo de tudo o que temos vindo a moldar sobre esse conceito. Como podemos ver a dita cooperação solidária, nessa perspectiva, se efetiva sob prisma de dívida histórica, que só se

paga com gestos de apoio ao desenvolvimento, de combate a fome, a miséria... Apoio com os materiais hospitalares, com centros de formações, apoios no setor energético, na agricultura, na agropecuária entre outras coisas.

Em suma, com base nas literaturas consultadas, entendemo-la, a cooperação solidária, não como uma cooperação emanada pela total gratuidade nas relações estabelecidas entre as nações cooperantes, mas sim como uma relação de cooperação baseada na valorização da diversidade, no respeito mútuo, na não exploração da nação irmã, no compartilhamento tanto de experiências, quanto de conhecimentos que possibilitem a capacitação de recursos humanos capazes de alavancar o desenvolvimento das próprias localidades.

4 TERCEIRO CAPÍTULO: PANORAMA DOS PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A GUINÉ-BISSAU – EMPREENDIGOS PELO GOVERNO LULA (2003-2010)

Uma educação de qualidade pode proporcionar contribuição efetiva ao crescimento econômico como um dos fatores chave para o bem estar das pessoas; Contribui para a redução das desigualdades sociais, transformando-se num verdadeiro canal de mobilidade social; Ajuda a combater a discriminação cultural, a exclusão social e prevenir a violência e a corrupção; pode contribuir para maior coesão social e para o fortalecimento dos valores democráticos, ampliando as opções para viver com dignidade, valorizando a diversidade e respeito aos direitos humanos. (UNESCO 2008 apud FONSECA, 2014)

4.1 COOPERAÇÃO EDUCACIONAL & COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Antes de avançarmos, vale ressaltar que, este capítulo é o cerne da nossa pesquisa, isto porque nele vamos tecer os projetos educacionais para a Guiné-Bissau empreendidos pelo governo brasileiro, projetos esses desenvolvidos no quadro tanto de Cooperação Educacional, quanto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Muito brevemente, antes de apresentarmos os referidos projetos, iremos debruçar um pouco sobre os dois conceitos ora mencionados. Pois, para nós é propício compreendermos os pressupostos sob os quais se consumaram os referidos projetos; os seus fundamentos e, sobretudo, os seus princípios basilares. No segundo capítulo, como fica evidente, já havíamos trazidos outros conceitos importantes e que estão extremamente ligados aos acima expostos.

Entretanto, como já referimos ainda no segundo capítulo, avulta-se que, durante o período que está sendo estudado, houve um avanço considerável e significativo nas relações entre os dois Estados. Relações essas que resultaram em vários acordos e projetos nas mais variadas áreas, inclusive, a de educação que é o foco do nosso trabalho.

A educação, como já abordamos logo nas primeiras linhas do primeiro capítulo, no nosso entender, tem uma extrema importância no processo de construção de uma sociedade lúcida, racional e equilibrada. Uma sociedade capaz de descobrir e, de uma maneira sábia, apropriar dos seus próprios valores. Nessa linha, Paulo Skaf afirma,

Construir uma sociedade independente, livre e democrática passa, sem sombra de dúvida, pela qualidade da educação que as pessoas recebem desde a infância. Mas não basta colocar criança na escola. É preciso dar a ela a oportunidade de aprender. Dar, além da educação de base e de qualidade, opções e oportunidades para que ela escolha o que vai fazer, encontre sua vocação, descubra sua aptidão e se torne profissional capacitado, especializado, com formação nas mais diversas áreas da indústria de transformação. (SKAF IN: RELATÓRIO SENAI-SP, 2014, p. 06).

Essas são as palavras, como podemos constatar, de Paulo Skaf, Presidente do SENAI-SP, “a maior rede estadual de ensino profissional do Brasil”, (RELATÓRIO SENAI-SP, 2014, p. 15). Na sua alocução fica claro a importância e/ou papel da educação para a transformação de uma sociedade, principalmente sociedades com índice alarmante de pobreza como é o caso da Guiné-Bissau – um país que, por sua vez, como já elucidamos, com mais pormenores no primeiro capítulo, depara-se com enormes dificuldades na esfera educacional.

Neste sentido, para contornar essas mazelas, é, para o país, viável estabelecer cooperações bilaterais com outros países parceiros. Cooperações essas que visem melhorar o sistema educativo do país, através de ações concretas, com vistas a impulsionar o crescimento econômico, político, social e cultural do mesmo. Nesta linha, em conformidade com o Itamaraty⁵ (2014),

A cooperação educacional é uma vertente positiva das relações entre países, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social e promovendo valores como tolerância e respeito à diversidade cultural. A política externa para temas educacionais se orienta pela busca de resultados nas dimensões econômicas, política e cultural. Por relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, a cooperação educacional contribui para o desenvolvimento econômico. Em um mundo globalizado, em que a capacidade de uma economia para atrair capitais, investimentos e tecnologias está condicionada ao nível educacional e à qualificação de seus recursos humanos, iniciativas de cooperação educacional objetivam a inserção competitiva no mercado internacional. (ITAMARATY, 2014).

Nessa ótica, é importante salientar que, os projetos a serem a seguir apresentados, como poderemos ver, são voltados justamente para esse fim – isto através de qualificação de recursos humanos; qualificações essas direcionadas mormente para a camada jovem, visando assegurar e/ou alavancar o desenvolvimento do país em todos os níveis, como ainda observa Itamaraty (2014). De acordo com a mesma fonte,

⁵ Itamaraty (Ministério de Relações Exteriores [MRE]) é o órgão responsável pelas relações do Brasil com os demais países e pela participação brasileira em organizações internacionais. Ele executa a política externa definida pela Presidência da República conforme os princípios estabelecidos no art. 4º da Constituição Federal. Mais informações sobre Cooperação educacional consultar: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>

A cooperação em temas educacionais é um instrumento político para promover a aproximação entre os Estados por meio de suas sociedades. Iniciativas brasileiras nessa área em parceria com outros países em desenvolvimento contribuem para projetar o Brasil como país cuja atuação internacional é solidária. Ademais, a convivência com outras culturas, o aprendizado de idiomas estrangeiros e a troca de experiências levam à formação de um ambiente de integração e conhecimento mútuo, propiciando maior compreensão, respeito à diversidade e tolerância. (ITAMARATY, 2014).

Entretanto, percebe-se claramente o caráter da Cooperação Educacional, sua finalidade e seus pressupostos. O que nos leva a crer que, assim sendo, como vertente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), ela possibilita a qualificação dos recursos humanos, por meio da troca de conhecimento mútuo, visando preparar as pessoas para melhor se integrarem na sociedade e darem suas devidas contribuições.

No respeitante a **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)**, vale frisar que, como bem vislumbra Fonseca (2014), a mesma ganhou azo com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do ano 1945, – após a segunda guerra mundial que colocou o mundo inteiro em colapso. (FONSECA, 2014).

Em outras palavras, justifica afirmar que, como concebem muitos pesquisadores sobre os temas internacionais, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é uma modalidade de cooperação permeada pela reciprocidade, respeito e valorização da diversidade entre os Estados cooperantes. Para Ayllon (2006), citado por Fonseca (2014), a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID),

É um conjunto de atuação de caráter internacional realizado pelos atores públicos e privados entre países de diferentes rendas, com vistas a promover o progresso econômico e social dos países em vias de desenvolvimento (PVD), conseguir um progresso mais justo e equilibrado no mundo, com o objetivo de contribuir para um planeta mais seguro e pacífico. (AYLLON apud FONSECA 2014, P. 05).

Os países em vias de desenvolvimento procuram, através dessa cooperação, estabelecer relações baseadas e/ou norteadas pela mútua responsabilidade e promoção de iniciativas favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Nesta linha, podemos referenciar o governo brasileiro, que perspectiva, no âmbito da sua contribuição para o desenvolvimento internacional, uma cooperação principiada pela solidariedade, pela promoção dos direitos humanos e pela troca de boas práticas, como evidencia Luís Inácio Lula da Silva,

O governo brasileiro entende que a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre doadores e recebedores: entendemos-la como uma troca entre semelhantes, com mútuos benefícios e responsabilidades. Trata-se de um modelo ainda em construção, que, apesar de já revelar algumas de suas características, ainda carece de maior sistematização e debate. Este levantamento representa, portanto, o primeiro passo no sentido de construir uma política de cooperação internacional para o desenvolvimento integrada aos objetivos da política externa brasileira, que não esteja sujeita às prioridades de cada governo, mas que possa contar com uma ampla base de apoio no Estado e na sociedade civil. (SILVA: IN AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2010, p.07).

Com base nisso, podemos perceber um pouco do viés dessa modalidade de cooperação, na perspectiva do governo brasileiro, claro. O Brasil como um dos protagonistas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, nos faculta ainda um amplo entendimento sobre a temática. Ainda nos dizeres do Ayllon (2006), citado por Fonseca (2014),

A Cooperação para o Desenvolvimento consiste na erradicação da pobreza e superação da exclusão social e o incremento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural dos países do Sul. Ademais, a Cooperação para o Desenvolvimento é orientada à troca de experiências e recursos entre os países do Norte e do Sul, como também, entre os países do Hemisfério Sul, para atingir metas comuns baseadas em critérios de solidariedade, equidade, eficácia, interesse mútuo, sustentabilidade e corresponsabilidade. (AYLLON apud FONSECA, 2014, p.05-06).

Mais uma tese que vem associar as outras já elucidadas sobre as metas e princípios norteadores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Neste âmbito, é, e tornam cada vez mais nítida e perceptível as características e os ideais que emanam e/ou norteiam a referida modalidade de cooperação.

Entretanto, no nosso entender, com base nesses relatos, essa modalidade de cooperação se apresenta como um instrumento extremamente imprescindível para o desenvolvimento dos países mais pobres, menos desenvolvidos e com maiores problemas sociais, econômicos, políticos e culturais.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento vem sendo destacada como uma das grandes forças atuantes na reconfiguração de estruturas locais e internacionais. Por sua conta e em razão de novos desafios globais, interesses de diferentes países se harmonizam em agendas políticas visando objetivos comuns

concretizados por vias de acordos e projetos específicos sem olvidar que se trata de um instrumento das relações internacionais operacionalizado pelos Estados nacionais, pelas organizações intergovernamentais e não governamentais em vista ao desenvolvimento. (SILVA, 2011, p.32).

Entretanto, neste sentido, acredita-se que, os projetos educacionais levados a cabo pelo governo Lula em Guiné-Bissau, os quais iremos apresentar logo em seguida, e, a *posteriori*, fazer uma análise, de alguma forma, estão ancorados nos pressupostos ora abordados. Assumindo assim, um viés de solidariedade e horizontalidade na sua forma e, mais efetivamente, na sua prática.

4.2 PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A GUINÉ-BISSAU

Antes de avançarmos, justifica enaltecer que, os projetos e/ou ações desenvolvidas pelo governo brasileiro no plano educacional no período compreendido entre 2003 e 2010, em sua maioria são projetos/ações de caráter pontual, isto é, atividades isoladas. Porém, também existem outros com características mais permanentes, mais efetivos – sob os quais cingiremos a nossa análise.

Nesse sentido, é profícuo ressaltar que, em conformidade com a Agência Brasileira de Cooperação⁶, citado por Fonseca (2014),

Constata-se no quadro da Cooperação Educacional com a Guiné-Bissau, o Estado Brasileiro desde 1978 vem atuando nas seguintes áreas de formação: Alfabetização de jovens e adultos; Concessão de bolsas de estudo; Currículo e gestão; Educação e esporte; Educação preventiva, Educação profissional e estrutura da educação superior (AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO 2013 apud FONSECA, 2014, p.11).

⁶ A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é um órgão que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais.

Entretanto, como poderemos constatar já a seguir, os projetos a serem aqui expostos se enquadram justamente nessas áreas do campo educacional, tendo como finalidade amparar o país recipiendário, no caso a Guiné-Bissau, na construção e consolidação de um sistema educativo qualificado, capaz de facultar com maior ênfase e dinamismo saberes e/ou conhecimentos aos seus integrantes em diversas esferas de atuação com vistas à edificação de uma sociedade mais justa e mais provedora de oportunidades.

4.2.1 Centro de Formação Social e Promoção Social

O objetivo do projeto é o estabelecimento de parceria na área da Formação Profissional que possibilite a qualificação de jovens e adultos, preparando-os para o exercício de uma atividade produtiva e, conseqüentemente, permitir a geração de renda de forma a contribuir para o esforço de recuperação econômica do país e, ainda, alavancar seu desenvolvimento social. **Observação:** esse projeto teve início no dia 25/08/2003 e terminou no dia 25/08/2005.

4.2.2 Apoio à formação de quadros para o Governo da Guiné-Bissau

A Atividade Isolada em tela foi elaborada para viabilizar a participação de funcionários do Governo da Guiné Bissau, envolvidos nas tarefas de organização da VI Conferência dos Chefes de Estado e Governo da CPLP, a serem capacitados. **Observação:** essa atividade decorreu de 14/03/2006 a 15/04/2006.

4.2.3 Apoio ao Fortalecimento do Programa de Formação de Professores em exercício do Ministério da Educação da Guiné-Bissau

Atividade Isolada elaborada para viabilizar a vinda de professores guineenses ao Brasil, para a construção de proposta de projeto de cooperação direcionado ao assessoramento do programa de formação de professores em exercício, desenvolvido pelo INDE do Ministério de Educação de Guiné-Bissau, bem como para prover o treinamento da equipe técnica e gestora guineenses, composta por 8 professores do INDE. Na

capacitação prevista serão oferecidos os subsídios para a implementação de um programa como o desenvolvido no Brasil. A equipe guineense ainda irá participar do Encontro Internacional de Professores Formadores do Pro formação em Brasília, no período de 24 a 27 de abril. **Observação:** essa atividade decorreu de 10/04/2006 a 15/05/2006.

4.2.4 Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa

Com vistas a aperfeiçoar a capacitação em Educação de Jovens e Adultos, no que diz respeito às práticas de alfabetização, escolarização e educação permanente, entre os países de Língua Portuguesa, será realizada em Brasília uma oficina de trabalho, com organização do Ministério da Educação (MEC) e UNESCO. O evento terá como públicos-alvo especialistas da área de EJA dos países africanos de língua portuguesa, Brasil e Timor Leste, que serão indicados pelos Ministérios de Educação de cada país. Nesse contexto, Agência Brasileira de Cooperação permitirá a vinda de 12 especialistas (dois especialistas de cada um dos países participantes, a saber: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) ao Brasil para participarem da referida oficina. **Observação:** essa oficina decorreu de 01/08/2006 a 01/10/2006.

4.2.5 Missão Exploratória para elaboração de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Educação à distância e Ensino da Língua Portuguesa

A Atividade Isolada em tela foi elaborada para viabilizar a ida de professores brasileiros à Guiné-Bissau, na Universidade Amílcar Cabral, para participarem do processo de melhoria da qualidade dos cursos administrados por aquela Universidade. **Observação:** essa atividade decorreu de 20/09/2006 a 20/12/2006.

4.2.6 Missão Exploratória para Elaboração de Projeto de Cooperação Técnica na Área de Ensino Técnico Agroindustrial

A Atividade Isolada em tela foi elaborada com vistas a viabilizar a ida, à Guiné-

Bissau, de missão de prospecção para levantamento de subsídios para elaboração de projeto na área de ensino técnico industrial. **Observação:** essa atividade decorreu de 20/09/2006 a 20/11/2006.

4.2.7 Missão de Diagnóstico na área de Formação Profissional em Contabilidade e Administração

Durante a visita ao Centro de Formação Administrativa e Gestão CENFA, foi solicitado apoio brasileiro para revisão curricular dos cursos de administração e contabilidade. Nesse sentido, realizou-se missão de prospecção à Guiné Bissau, composta por dois docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR, com duração de uma semana, para realizar amplo diagnóstico dos conteúdos dos cursos oferecidos pelo CENFA, incluindo sua carga horária, sua legislação em vigor, e analisar, conjuntamente com docentes guineenses, as alternativas para elaboração de nova proposta curricular a ser abordada em projeto de cooperação técnica. Durante a missão foram discutidas, ainda, as etapas subsequentes da cooperação brasileira no sentido de dar continuidade ao detalhamento da proposta de projeto pedagógico e sua posterior implantação. **Observação:** essa missão ocorreu entre as datas 09/02/2007 a 09/05/2007.

4.2.8 Apoio ao Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau

A atividade tem por objetivo viabilizar a pronta retomada das obras do centro, suspensas em função do término do Subprojeto original, a fim de possibilitar a continuidade na qualificação de jovens e adultos, preparando-os para o exercício de uma atividade produtiva e, conseqüentemente, permitir a geração de renda. O aporte de recursos previsto no presente instrumento corresponde à quarta parcela do documento original, que seria repassada com fim idêntico, o qual, no entanto, não chegou a se completar em função de dificuldades na sua execução técnica. Ressalta-se que o presente projeto do Centro de Formação de Bissau possui caráter de elevada importância estratégica na política bilateral do Brasil com a Guiné-Bissau. Faz parte de compromisso assumido pessoalmente pelo Presidente da República, que pretende inaugurá-lo pessoalmente em visita ao país no final de 2008. **Observação:** essa iniciativa ocorreu no

período de 09/05/2008 e 10/09/2008.

4.2.9 Apoio a Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa de Guiné-Bissau-CENFA

Tem por finalidade contribuir para a melhoria da qualidade e da oferta da educação profissional em contabilidade e administração. **Observação:** essa iniciativa ocorreu de 25/07/2008 a 30/12/2011.

4.2.10 Centro de Formação Profissional Brasil Guiné-Bissau

Imagem 1 – Estudantes numa das salas nas dependências do CFPBGB



Fonte: <http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>

Trata se de centro para qualificação de mão-de-obra, com investimento total de cerca de US\$ 3 milhões, totalmente financiados pela ABC, executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em parceria com o Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado da Guiné-Bissau. Inaugurado pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e pelo Primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior, em Outubro de 2009, formou a primeira turma,

de 133 alunos, em junho de 2010, nos cursos de Construção Civil, Carpintaria, Eletricidade Predial, Canalização Hidráulica, e Costura Industrial. A partir do segundo semestre de 2010 passaram a ser oferecidos também os cursos de Panificação, Manutenção em Refrigeração e Manutenção de Computadores. Prevê-se a formação de até 1.200 técnicos por ano, a partir da oferta do décimo e último curso: Mecânica Diesel.

O referido centro está instalado em Bissau, na Granja de Pessubé, ao lado da Direção Geral de Floresta e Fauna. Outrossim, ele se encontra sob responsabilidade do governo da Guiné-Bissau, através do Ministério da Função Pública e Reforma Administrativa.

De acordo com os dados disponibilizados pela secretaria do centro⁷, desde o início do seu funcionamento até a data presente – um total de 2.460 candidatos já beneficiaram dos cursos intensivos fornecidos pelo mesmo, onde se destacam os meninos na sua grande maioria (com uma taxa de aderência mais importante em relação às meninas, na ordem dos 82% contra 18% respectivamente).

Atualmente, ainda de acordo com a secretaria, as aulas são ministradas em língua portuguesa, que é a língua oficial local; objetivamente se trata, por um lado, de imprimir uma maior dinâmica e qualidade no formando para que este/a possa fazer face a tão competitivo e concorrido mercado de trabalho e, por outro, salvaguardar, preservar e valorizar o Patrimônio Comum dos dois povos que é a “Língua Portuguesa”.

4.2.11 Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP)

Fruto de parceria com o Japão, desde 1975 o programa oferece treinamento para países em desenvolvimento nos mais variados setores, por meio da transferência de tecnologia e do incremento de competências. No calendário 2010/2011 do programa foram oferecidos 14 cursos, com duração de até dois meses, em áreas prioritárias como saúde, agricultura, meio ambiente e gestão urbana.

⁷ De referir que tivemos acesso a esses dados através do mural da secretaria do centro, infelizmente não foi possível entrarmos em contato direto com qualquer responsável do mesmo. Nos alegaram falta e/o escassez de tempo, e como nossa pesquisa tem prazo para estar pronto não foi possível aguardarmos. Mas as informações disponibilizadas nos murais são totalmente credíveis, segundo o próprio pessoal de vigilância do centro.

4.2.12 Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Sócia educativas

Imagem 2 – Centro Educativo de Ensino Básico na sua fase de execução



Fonte: <http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>

Financiado pela ABC, em parceria com a UNESCO, Fundação Gol de Letra (FGL), Instituto Elos e a SECAD/MEC, trata-se da construção de uma escola de ensino fundamental – reconhecida pelo Governo local e um espaço para práticas esportivas e culturais na Comunidade São Paulo, com o apoio e participação do Ministério da Educação guineense, da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e da Associação Amizade.

De acordo com as informações da Agência Brasileira de Cooperação⁸, a primeira fase desse projeto se deu em meados de 2010 e contou com a colaboração massiva dos jovens do bairro na construção do edifício, liderado pela Associação Amizade. Ficou pronta e começou as suas atividades em finais do ano de 2014.

Hoje, em conformidade com os dados fornecidos pela secretaria⁹ do centro, o mesmo conta com 216 crianças beneficiadas. Crianças que são na maioria carentes e pertencentes a famílias com muitas dificuldades financeiras. No centro, tanto a mensalidade quanto aos materiais didáticos são gratuitos.

⁸ Mais informações sobre esse assunto consultar: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/609>

⁹ De referir que as informações sobre números de crianças foram obtidas exclusivamente por via de comunicação com um dos responsáveis do centro, não por algum documento oficialmente elaborado pela mesma.

4.2.13 Capacitação para diplomatas dos Estados membros da CPLP

O Instituto Rio Branco implementa, desde o ano de 2008, programa de capacitação de diplomatas estrangeiros, com vistas a atender jovens diplomatas dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Nessa versão dois diplomatas de São Tomé e Príncipe, e um da Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste, Cabo Verde e Angola serão capacitados. **Observação:** essa iniciativa ocorreu de 31/07/2009 a 30/09/2010.

4.2.14 Missão para Apoiar a Reabertura da Universidade Amilcar Cabral

A presente atividade faz-se importante para a prospecção, pela ABC e pela CAPES, para a negociação dos papéis a serem desempenhados por cada instituição envolvida no futuro projeto. A CAPES com sua ampla experiência em pós-graduação mostra-se fundamental para o aprimoramento das futuras atividades da Universidade Pública. **Observação:** essa atividade decorreu de 16/10/2009 a 16/12/2009.

4.2.15 Missão de Prospecção para Elaboração de Projeto de Cooperação Técnica nas áreas de Empreendedorismo, Educação e Defesa

A Atividade isolada em tela foi elaborada para respaldar a missão de prospecção brasileira que pretendia realizar o levantamento de subsídios para a implementação dos seguintes projetos: (i) “Centro de formação Militar” (defesa); (ii) “Centro de atendimento ao empreendedor” (Empreendedorismo); e (iii) “Apoio à Restauração dos Cursos da Educação Profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau (Educação). **Observação:** essa atividade decorreu de 08/10/2010 a 31/12/2010.

4.2.16 Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação da Guiné-Bissau

Iniciativa que auxiliou na inserção da temática dos direitos humanos no currículo

escolar bissau-guineense, desde a educação básica até o ensino superior, com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), em parceria com o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau. O Ajuste Complementar relativo ao Projeto foi assinado em julho de 2010, pelo Ministro da Educação Nacional da GB, Artur Silva, e pelo Secretário Executivo da SEDH/PR, Dr. Rogério Sottili. Tem como objetivo fortalecer a promoção dos direitos humanos na política educacional, por meio de assistência técnica para capacitar os professores a desenvolver atividades culturais ligadas ao tema.

4.2.17 Linguagem das Letras e dos Números – Projetos Amílcar Cabral e José Aparecido de Sousa

Implementado em 2009, no âmbito do Programa Pró África, trata se de iniciativa do Ministério da Educação do Brasil para o fortalecimento dos sistemas educacionais da Guiné-Bissau e dos demais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), por meio de cursos de aperfeiçoamento de professores de Português e Matemática do ensino fundamental e médio. Em julho de 2010 e julho de 2011, um total de 80 professores deslocou se à cidade de Fortaleza, com despesas pagas pelo Brasil, para capacitação.

4.2.18 Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência

Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem por objetivo oferecer capacitação a professores da Guiné-Bissau, com vistas à futura reestruturação da Universidade Amílcar Cabral. Em Agosto de 2010, a CAPES financiou treinamento para 30 profissionais, inclusive líderes educacionais (diretores e professores do ensino superior na Guiné-Bissau) para participar de curso em Fortaleza, durante quatro semanas.

4.2.19 Memorando de Entendimento em Educação Superior

Assinados durante a visita do Presidente Malam Bacai Sanha ao Brasil, em agosto de 2010, visa apoiar a reestruturação da Universidade Amílcar Cabral (UAC), mediante

estruturação administrativa e formação de docentes. Prevê a realização de estágio no Brasil para professores universitários das áreas de direito, medicina, letras, administração e contabilidade, agropecuária, matemática e educação física. O Reitor da UNILAB, Prof. Paulo Speller, visitou Bissau em março de 2011, para dar seqüência aos entendimentos com vista à implementação do referido projeto.

4.2.20 Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau (CCBGB)

Imagem 3 – Vista de Frente das Instalações do CCBGB, em Bissau



Fonte: http://www.abc.gov.br/content/abc/docs/catalogoabcafrica2010_p.pdf

Inicialmente Centro de Estudos Brasileiros (CEB), foi inaugurado¹⁰ em 2008. O Centro nasceu no espírito do Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Guiné- Bissau, tendo por objetivo firmar se como espaço cultural a serviço da divulgação e da promoção da cultura, não apenas do Brasil, mas também da Guiné-Bissau e dos demais países africanos. O CCBGB veio conferir assim uma dimensão concreta ao projeto de integração cultural afro brasileiro e inter-africana.

¹⁰ A inauguração de que se trata aqui é a do edifício do centro, recém-construído como esta que está sendo possível enxergar na ilustração acima. Uma nova estrutura com mais inovações e capacidade para responder as suas demandas.

A mudança de nome CEB ocorreu de forma simultânea nas dezenas de Centros Culturais mantidos por Embaixadas e Consulados do Brasil em todo o mundo, em outubro de 2008. A nova designação veio enfatizar o papel ampliado que tais centros vêm ocupando no cenário cultural de suas respectivas cidades, com ampla programação cultural em acréscimo às atividades de ensino da língua portuguesa.

De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria do Centro, a evolução cronológica dos módulos se apresenta da seguinte maneira, isto levando em consideração o ano de início da sua operacionalização, ainda como Centro de Estudos Brasileiros, até os dias atuais:

De 1980 – 1998: Literatura Brasileira e Jardim

De 1999 – 2008: Curso língua portuguesa, cultura e literatura brasileira

De 2012 até a data presente: Novo módulo básico (preparatório) – comunicação e expressão língua portuguesa (gramática, expressão escrita, cultura brasileira/Guineense, leitura e interpretação do texto/literatura brasileira, etc.) ; Outro Módulo : Literatura (noção mais avançada da Literatura Brasileira II).

Ainda de acordo com as informações facultadas pela secretaria, o CCBGB formou muitos alunos desde a sua existência, e entre os que terminaram nem todos foram certificados com um diploma, ficando por resolver algumas formalidades administrativas para o efeito. No entanto, entre o período 2010 e 2015 foram certificados¹¹ um total de 505 alunos. Ainda de acordo com a secretaria do mesmo, além das aulas do curso da língua portuguesa o centro também promove a exibição de filmes brasileiros e guineenses, destinados aos adultos e crianças.

No concernente a concessão de **bolsas de estudo**, por parte do governo brasileiro, cujos programas são voltados para o provimento e fortalecimento do ensino superior, através de uma educação de qualidade para os estudantes oriundos dos países contemplados, o qual a Guiné-Bissau se configura como um dos beneficiários, vale destacar o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – dois dos maiores projetos da Cooperação Educacional brasileira para a Guiné-Bissau.

¹¹ Os cursos disponibilizados pelo centro não têm uma cobertura institucional (que é feito através do Ministério da Educação Nacional) isto é, não são reconhecidos por este último. E o centro só capacita e não tem vínculo obrigatório de seguir os certificados dos alunos no mercado de trabalho de Ensino Superior (IES) brasileiras (AMARAL, 2013).

4.2.21 Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)

O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), de acordo com Joana de Barros Amaral (2013), foi criado em 1965 com o objetivo de prover a formação e qualificação de recursos humanos, facilitando, por sua vez, o ingresso de jovens dos países com os quais o Brasil celebra o acordo de Cooperação Educacional nas instituições. Visto isso, importa ressaltar, no entanto que, o referido programa antecede o período que está sendo estudado. Porém, durante esse período houve um maior crescimento em termos de números de estudantes guineenses que ingressaram nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, como aponta Fonseca (2014), razão pela qual resolvemos abordá-lo nessa pesquisa. Para o autor,

Vale frisar que este programa teve seu início na década de 70, todavia o seu fortalecimento em termos numéricos se deu a partir do ano 2000. Neste período os fluxos dos estudantes Guineenses aumentaram significativamente, compondo um total de mil e trezentos e trinta e seis (1336) Estudantes. Fazendo da Guiné-Bissau o segundo maior beneficiado deste programa, ficando atrás somente de Cabo - Verde com um total de 2657 estudantes no Brasil. (FONSECA, 2014, p.13).

Os números acima apresentados são números contabilizados a partir do ano 2000 a 2012, este último sendo o último ano em que ocorreu o processo seletivo¹², isto em decorrência do golpe de estado que ocorreu em abril do mesmo ano. No entanto, no quadro a seguir poderemos ver esses números a partir do período em questão, que é o período compreendido entre (2003-2010).

Quadro 1 – Quantidade de Estudantes guineenses selecionados pelo PEC-G (2003- 2010)

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Quant	97	58	186	159	19	133	191	95	938

Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>

¹² No tangente ao processo seletivo do PEC-G, que havia sido suspenso em 2012, por motivos do golpe de estado, justifica lembrar que o mesmo foi retomado em 2015, depois de haver governo legítimo. Ou seja, depois da reposição da normalidade constitucional no país.

Agora sim, esses são os números correspondentes com o período em investigação. Como podemos constatar no quadro acima há oscilações e disparidade de números entre os anos, mas não deixam, na nossa percepção, de ser números altos. Ou seja, números consideráveis.

4.2.22 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Imagem 4 – Estudantes Guineenses no pátio da “UNILAB”, Campus Bahia



Fonte: Arquivo pessoal

A UNILAB, por sua vez, segundo Nilma Lino Gomes¹³ e Sofia Lerche Vieira, no artigo intitulado “Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afro-brasileiro (UNILAB)”, publicado na Revista Lusófona da Educação é uma Universidade Federal Afro-Brasileira criada em 2010, pela Lei federal 12.289/2010, sancionada pelo então Presidente da República Federativa do Brasil Luis Inácio Lula da Silva, dando início às suas atividades letivas no dia 25 de maio de 2011, em homenagem ao dia do continente africano. (GOMES; VIEIRA, 2013, p.01).

¹³ Nilma Lino Gomes é Pedagoga/UFMG, mestra em Educação/UFMG, doutora em Antropologia Social/USP e pós-doutora em Sociologia/Universidade de Coimbra. Integra o corpo docente da pós-graduação em educação Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG. Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013) e, atualmente, integra a equipe de pesquisadores desse Programa. É membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (gestão 2010 a 2014). Foi reitora Pró-Tempore da UNILAB (2013-2014).

A despeito disso, é relevante enunciar que, a presente Universidade se compromete a contribuir para o provimento de conhecimento do nível superior não só para os nacionais (brasileiros), mas também para os estudantes oriundos dos países africanos da língua portuguesa como pré-estabelece as próprias Diretrizes Gerais da Instituição – entre os quais Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, de modo a promover uma verdadeira integração entre essas nações “irmãs”. A Universidade tem como missão:

Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa - especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científicos e culturais e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente. (DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB, 2013, p. 12).

Para fazer jus a essa missão, a universidade traçou os seus objetivos, gerais e específicos como podemos constatar nas Diretrizes Gerais (2010, p.13):

Objetivo Geral: Promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social.

Objetivos Específicos:

Atuar em áreas estratégicas que permitam a produção de conhecimento e a formação de estudantes brasileiros e de países de expressão em língua portuguesa comprometidos com o projeto de cooperação solidária SulSul;

Promover mobilidade acadêmica e intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais) em todas as áreas do saber, ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;

Incorporar às práticas docentes e acadêmicas uma visão epistemológica coerente com a complexidade dos saberes (formais e informais, científicos e tradicionais) e promotora da integração de atividades artísticas, culturais e esportivas no processo formativo;

Desenvolver recursos pedagógicos e metodologias que permitam a apropriação, por docentes e estudantes, das tecnologias da informação e da comunicação em todas as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão;

Adotar princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento.

Entretanto, Sob prisma da disseminação do conhecimento científico, como prescreve a própria missão da universidade, da promoção da integração, do provimento de uma educação qualificada, do respeito pela diversidade cultural, étnica e identitária, emanadas nos laços Sul-Sul e ancoradas na Cooperação Solidária, o governo brasileiro, através do Ministério da Educação, tem ofertado um amplo número de vagas para ingressos na UNILAB aos estudantes guineenses – tanto é que hoje a universidade conta com centena de estudantes oriundos da Guiné-Bissau, espalhados pelas cidades onde se encontram os campi da mesma como ilustra os quadros a seguir.

Quadro 2 – Número de estudantes guineenses, campi do Ceará¹⁴, por ano de ingresso

Cursos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Administração	06	16	18	08	10	04	62
Agronomia	03	04	18	13	13	04	55
Ciências da N. e Matemática	03	01	13	13	00	00	30
Química	00	00	00	00	03	04	07
Biologia	00	00	00	00	02	04	06
Matemática	00	00	00	00	02	03	05
Física	00	00	00	00	00	04	04
Enfermagem	03	05	19	13	09	02	51
Engenharia de Energias	03	07	10	05	10	03	38
Humanidades	00	06	62	47	31	27	173
Antropologia	00	00	00	00	01	01	02
Sociologia	00	00	00	05	01	03	09
História	00	00	00	01	00	02	03
Pedagogia	00	00	00	00	00	01	01
Letras-Língua Portuguesa	00	06	10	20	06	06	48

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

¹⁴ UNILAB ceará é formado por três campi, a saber: Campus das auroras, campus da Liberdade e dos Palmares.

Quadro 3 – Quantidade de Estudantes guineenses, Campus Malês¹⁵, Bahia

Bahia/Cursos	2014	2015	Total
Humanidades	47	29	76
Letras	20	07	27

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Fazendo um cálculo mais abrangente, ou seja, somando todos os estudantes tanto pertencentes ao Ceará, quanto a Bahia o total geral é nada mais e nada menos que (593). Portanto, esses são números dos guineenses regularmente matriculados e com status ativos na Universidade em causa, segundo dados do SIGGA, fornecido pelo setor do Diretório de Registro e controle acadêmico (DRCA) da UNILAB, Campus dos Malês.

4.3 BREVE ANALOGIA SOBRE OS PROJETOS

Como já enaltecemos acima, aqui vamos focar a nossa análise sobre os projetos com características mais efetivas, antes, porém, gostaríamos de ressaltar a importância de todos eles. Os projetos que chamamos aqui de “efetivos” são os centros que foram, nesse período, criados ou reestruturados, e, que até hoje se encontram ativos e/ou operantes, tanto no Brasil¹⁶, quanto em Guiné-Bissau.

Os projetos que aqui classificamos de pontuais e/ou isolados, que decorreram exclusivamente ao longo desse período, e que representam a maioria no conjunto de todos os projetos desenvolvidos, com certeza foram, na nossa análise, extremamente importantes para o país. Visto que foram ações desenvolvidas em sua maioria no quadro de formação e capacitação não só de jovens quadros, mas também de pessoas diretamente ligadas ao Estado guineense.

¹⁵ Campus dos Malês é um dos campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, (UNILAB), situado na região do Recôncavo da Bahia, no município de São Francisco do Conde, Bahia Brasil.

¹⁶ No Brasil não são exatamente Centros, e sim, Universidades. Ou seja, com isso referimos as Instituições de Ensino Superior que recebem os estudantes provenientes da Guiné-Bissau. O caso mais concreto diz respeito à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), universidade na qual referimos como sendo um dos projetos educacionais empreendidos durante o período que está sendo investigado.

Foram ações concretizadas através de missões de apoio e reestruturação de alguns centros de ensino superior do país, entre eles a Universidade Amílcar Cabral e o Centro de Formação Administrativa – entre outras missões de capacitação integralmente financiadas pelo governo brasileiro como pudemos constatar acima e que visaram justamente treinar e/ou potencializar profissionais atuantes em diversos setores da sociedade guineense.

Já no tocante aos projetos mais consolidados, ou seja, aqueles que denominamos de “efetivos”, vamos começar pelo **Centro de Formação Profissional Brasil Guiné-Bissau (CFPBGB)**, que é um centro, como já vimos de antemão, inaugurada em 2009, e que tem formado e capacitado centenas de milhares de jovens guineenses. O referido centro para nós é um centro extremamente importante para a produção, organização e sistematização do conhecimento, tanto endógena, quanto àquele universalizado. Percebemos que ele tem contribuído bastante para a erradicação da falta de profissionais qualificados, e, criado positivamente condições para que pessoas pudessem se formar e ter uma profissão garantida, tudo isso – tendo em conta a tamanha precariedade do sistema de ensino do país. Neste sentido, Isna Gabriel Sia, um dos alunos formados pelo centro enaltece o seguinte:

Bem, eu estudei nesse centro e acho muito importante a sua criação e implementação no nosso país. Ele foi criado justamente com intuito de formar e qualificar os jovens que geralmente terminam o ensino médio e não conseguem entrar nas universidades para obter uma formação superior. No centro há vários cursos profissionalizantes, entre eles a Refrigeração – curso no qual eu fiz. Em minha opinião, esse centro está contribuindo muito para a superação das dificuldades que assolam o país no quesito qualificação de recursos humanos; visto que, muito embora sejam cursos com pouca duração – mas, mesmo assim ajudam as pessoas que lá vão a se prepararem melhor para o ingresso no mercado de trabalho. O Brasil é e tem sido um parceiro muito importante para o nosso país; essa cooperação é de louvar, porém devemos levar em conta que a mesma implica os seus custos, nenhuma cooperação é mantida sem qualquer ganho em contrapartida, mas para ser realista a Guiné-Bissau está a ganhar muito com esse centro, resultante, obviamente, dessa cooperação, pois centenas de jovens já se formaram ali, e hoje estão no mercado de trabalho, com uma mão de obra muito bem qualificada, e é isso que se quer, ainda mais num país como o nosso, que dispõe de um sistema de ensino extremamente precário. A aderência de jovens ao centro é volumosa, para conseguir uma vaga ali é muito difícil, a procura é grande, pois o país não dispõe de mecanismos suficientes para dar conta de tamanha demanda. O que acho que deve ser o mais rápido possível superado. O governo deve e tem que investir mais na educação, criar novos centros, abrir novas escolas, fornecer materiais didáticos, enfim, adotar novas políticas capazes de mudar o atual cenário no nosso setor de ensino. E, conseqüentemente, reforçar as parcerias como essas que estão ajudando muito no domínio da educação. (Entrevista realizada em 15 de Novembro de 2016, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil).

Ora, com base nessa alocução, provida justamente por um estudante que já frequentou o centro e beneficiou dos serviços fornecidos pelo mesmo, diríamos que ele, o centro, realmente tem ajudado positivamente nesse aspecto, que é a formação e qualificação de recursos humanos, (jovens) na sua maioria. Na sua fala é perceptível a noção da grandeza do mesmo, e, ao mesmo tempo, a excessiva demanda dos cidadãos a procura de formação técnica que, de alguma forma, os garanta, futuramente, uma geração de renda e possível liberdade e autonomia de auto-sustento. Ainda nessa linha, o Fernando Abilínio Lopes, um dos alunos também formado pelo centro salienta:

Bom, eu tive a oportunidade de estudar no CFPBGB no ano 2011, é, com certeza, e sem margem para dúvidas um centro de grande relevância e, no meu ponto de vista, com estrutura própria de um centro de formação e de qualificação de jovens quadros. Quero dizer com isso que é um centro muito bem estruturado e com cursos profissionalizantes demandados pelo próprio contexto local, com conteúdos programáticos extremamente ricos. Há muita concorrência, para conseguir uma vaga lá não é algo fácil, a aderência dos jovens principalmente é expressiva. Acredito que o mesmo esteja contribuindo ricamente na inserção de jovens no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na formação e manutenção de uma boa e qualificada mão de obra. Essa iniciativa do governo brasileiro em implementar esse centro no nosso país é realmente louvável; o Brasil tem sido um parceiro muito importante para a nossa diplomacia, tem investido muito no nosso país, principalmente no setor educativo. Enfim, acho que esse centro está a colmatar uma grande lacuna no respeitante a educação de jovens e adultos. Nele já passaram centenas de jovens com formações já adquiridas, o que é algo muito importante para o crescimento não só social do país, mas também econômico e cultural. (entrevista realizada em 15 de outubro de 2016, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil).

Entretanto, cremos que é mais um depoimento que vem se juntar com a que já elucidamos acima. Para esse estudante, na sua análise, é perceptível a relevância dada ao referido centro, e, igualmente a parceria entre o Brasil e a Guiné-Bissau – que resultou justamente na implementação desse projeto.

No entanto, para nós, esse centro, em conformidade com os relatos desses estudantes que passaram pelo mesmo, e de outros elementos analisados, é um centro de enorme relevância no seio da sociedade guineense. Cremos que ele realmente tenha sido impecável no quesito formação e qualificação dos recursos humanos, como se pode esperar de um centro com as suas características e finalidade.

No respeitante ao **Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau (CCBGB)**, este é um centro que antecede o período que está sendo investigado, mas cuja reestruturação e uma maior projeção se deu em 2008, ano no qual ainda ocorria o mandato do Ex- Presidente

Lula, que é o foco da pesquisa. Mas seja como for, o centro se insere justamente no âmbito da divulgação, promoção e consolidação da cultura brasileira no solo pátrio guineense.

É justamente nessa perspectiva que entra a nossa análise. O centro, como se pode constatar de antemão, provê o ensino da língua portuguesa, inclusive da literatura brasileira. Isto para nós é algo muito importante! Esta fusão e integração entre as duas nações é positivíssimo nesse sentido. A aprendizagem da língua portuguesa e o seu conseqüente domínio passam, no nosso entender, pelo bom ensino e pela construção e devida manutenção de espaços físicos onde as atividades são desenvolvidas. Requisitos estes que, seguramente, o centro predispõe. Para Gibril Balde, professor e atual secretário do centro,

O centro é um elemento fundamental no processo de aprendizado da língua portuguesa e da cultura brasileira na Guiné-Bissau, é e tem sido um remédio importante no aperfeiçoamento da língua portuguesa. Isto porque, o sistema de ensino nacional não permite que os alunos tenham um bom nível no que concerne a língua portuguesa e o centro consiste justamente na erradicação e/ou eliminação destas deficiências. Os cursos aí disponíveis destinam-se não só aos liceais como também aos jovens universitários, aos profissionais e quadros superiores. Os jovens têm demonstrado muita vontade e interesse, apesar de terem algumas dificuldades em enquadrar as atividades acadêmicas que efetuam no centro com o horário de funcionamento das escolas públicas. Uma boa parte deles, sobretudo os meninos (um numero importante de meninas também), alguns ainda em liceu, outros na universidade e centros de formação profissional do país, funcionários públicos e empregadores privados, solicitam o centro para a capacitação no que diz respeito a língua portuguesa. Tudo isso fruto de cooperação entre o Brasil e o nosso país. Para mim, essa cooperação é boa e tem surtido efeitos positivos, na medida em que o Brasil contribui numa forma tão modesta e tão louvável na abertura de um caminho para a capacitação e formação de cidadãos nacionais, em diversas áreas, tanto aqui na Guiné-Bissau como aí no Brasil, através de diversos programas, como: A **Bolsa Convênio; Programa Estudante Convênio – Pós Graduação**, entre outros. Todos estes programas contribuem realmente no desenvolvimento do país. Além do mais o governo brasileiro tem tido um papel importante no processo de reformas na área de Defesa e Segurança nacional, através de formação e capacitação da classe castrense e treinamentos em diversos domínios. O Brasil suportou a implementação de vários projetos socio-educativos na Guiné e é um dos principais parceiros de desenvolvimento do país, nomeadamente na área de educação. Mas, apesar de todos esses ganhos com parcerias como essa, o nosso governo deve assumir as suas responsabilidades, honrando os seus compromissos. Priorizar a educação nas suas políticas, reformar o sistema de ensino nacional e, enfim, policiar com rigor do novo sistema e de outros programas e projetos educativos. (entrevista realizada em 04 de novembro de 2016, Bissau, Guiné-Bissau).

Portanto, com base nas palavras desse responsável fica ainda mais evidente o que se propôs compreender nessa passagem. Ou seja, na sua alocução percebemos que o centro

joga um grande papel com vistas a respaldar o país no quesito capacitação e qualificação de seus recursos humanos. Ele ajuda os cidadãos a superar as suas deficiências no quesito “língua portuguesa”, e mais diretamente na sua formação intelectual como um todo.

O centro, de acordo com os números dos alunos já certificados por ele, que falam por si mesmos, está desempenhando um excelente trabalho no país. Como pudemos ver de antemão, já foram centenas de jovens certificados pelo mesmo. Um deles é Flávio Rosário, que na sua fala, salienta o seguinte:

Bem, para começar gostaria de enaltecer que estudei no CCBGB e vivi muito bem a realidade do mesmo. O centro está fazendo um trabalho muito brilhante! Ao começar a estudar lá, vivi e aprendi conteúdos que nunca antes tinha aprendido durante o meu percurso estudantil nas escolas públicas, das quais eu passei. Creio que ele tem ajudado e ainda ajuda muitas pessoas, na sua expressiva maioria jovens, provenientes principalmente de famílias carentes. Acredito que o país como um todo tem muito a ganhar com esse centro, pois ali as pessoas, não apenas jovens estudantes, mas também várias pessoas, de várias áreas sociais que atuam a sociedade, entre elas os profissionais por exemplo de rádios e outros freqüentam ai para poderem aperfeiçoar os seus níveis de português, para melhor poderem comunicar com os ouvintes. Ultimamente tenho visto um fluxo considerável de jovens a procura de vagas no centro; para mim, ele surgiu para responder a demanda da nossa sociedade, que ainda carece de um sistema de ensino consolidado. A iniciativa por parte de governo brasileiro para a implementação desse centro é brilhante. Acho que deve surgir mais centros desse gênero no país, pois ele precisa. Mas sabemos que o país não pode ficar esperando só pelos centros resultantes de cooperação com países parceiros, mas sim deve tomar medidas cabíveis para mudar esse cenário. Devem ser construídos novos centros, abertas novas escolas, enfim, é preciso mais investimentos no setor de ensino por parte do próprio governo local. (entrevista realizada em 12 de novembro de 2016, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil).

Essa alocução só vem associar ao que já vínhamos falando sobre esse centro. Fica nítida na fala desse estudante que a relevância do centro é tamanha! Ele se mostra claramente satisfeito com a implantação do centro no país, bem como chama atenção para a importância dessa cooperação entre as duas nações, entre outras coisas. Ainda nessa perspectiva, Eurizando Gomes Caomique – um dos estudantes que também passou pelo centro enaltece:

Bom, eu já passei nesse centro, já estudei ai. Na minha modesta opinião ele está a trazer muitos benefícios para o país na medida em que permite com que os jovens adquiram e aprofundem conhecimentos na língua portuguesa. É um centro de extrema importância; ele tem amparado muitos e muitos jovens na superação das dificuldades no quesito língua portuguesa. Eu falo isso porque eu me classifico como um exemplo eloqüente disso. Nós os jovens e não só, temos muito a ganhar com esse centro, pois ele serve, em minha opinião, como uma

ponte para um bom desempenho no tocante a língua portuguesa, tanto no cotidiano, quanto para ingressarmos devidamente preparados nas instituições de ensino superior que se encontram ativas no país. Essa parceria brasileira com o nosso país é louvável. O Brasil tem sido um grande parceiro do nosso país, tem investido muito no país, não só em educação, mas também em outras áreas sociais. Eu classifico essa cooperação de positiva! Mas devemos lembrar também que ela implica suas contrapartidas, não podemos esperar somente resultados de cooperações – nenhuma cooperação se dá na base de gratuidade total. Obvio que o Brasil tem suas contrapartidas. O nosso governo deve encontrar um jeito de melhorar o nosso sistema educativo, através de investimentos pesados. A verdade é essa! Mas enfim, eu vejo com bons olhos esse centro. Muito porque tenho visto resultados muito positivos produzidos pelo mesmo. Acho que o país precisa de mais centros desse gênero, que sejam propriamente do nosso governo. É por isso que defendo com afinco mudança na política com relação a educação no país. (entrevista realizada em 17 de novembro de 2016, São Francisco do Conde, Bahia Brasil).

Entretanto, indiferente doutros intervenientes, esse estudante traz na sua alocução a importância da atuação do centro no país. E ao mesmo tempo faz uma análise positiva e cautelosa sobre a cooperação bilateral entre as duas nações. Mas enfim, para nós ficou claro a contribuição que está sendo dado pelo referido centro, no concernente, justamente a formação e qualificação dos recursos humanos na Guiné- Bissau. E, sobretudo, na formação de cidadãos capacitados e com intelectos evoluídos para darem conta da importância de suas cidadanias para o desenvolvimento do país.

Já no concernente a **Bolsas de estudo**, no qual destacamos dois dos maiores projetos educacionais brasileiro para a Guiné-Bissau, que são PEC-G e UNILAB, vale salientar que, no nosso entender, ou seja, na nossa análise tanto O PEC-G, quanto a UNILAB são projetos de grande relevância para a formação e qualificação de recursos humanos guineenses. Visto que muitas pessoas, na sua grande maioria jovem, são contempladas com números de vagas expressivas para virem estudar e obterem suas formações profissionais nas Instituições Superiores de Ensino brasileiras.

Isso pareceu-nos ficar claro nos quadros acima apresentados, os números aí apresentados, para nós, falam por si sós. O PEC-G que, por sua vez, não foi programa implementado no período que se propôs estudar, o que é bom sempre ressaltar, mas que, porém, viu-se os números dos ingressantes aumentarem de uma forma talvez nunca antes vista.

São questões que, ao abordamo-los, não podemos olvidar que implica a saída dos indivíduos de seus espaços de nascença, suas casas, seus habitats naturais etc. O que se formos analisar mais profundamente acaba implicando na maioria das vezes o conhecido

como “fuga de quadros”. Ou seja, dada a situação do país [Guiné-Bissau] muitos jovens que saem nele acabam não retornando. Mas enfim, são questões que por ora deixaremos por uma outra ocasião, não obstante só achamos necessário abordá-lo porque estamos falando de estudos no estrangeiro.

A UNILAB tem surgido como resultado da cooperação brasileira com os países falantes da língua portuguesa, como se pode perceber num dos trechos acima, no qual figura a Guiné-Bissau e visa justamente formar indivíduos qualificados em diversas áreas de conhecimento. Para nós, é uma instituição muito importante para a comunidade guineense, que se encontra nela em grande quantidade, como podemos constatar no quadro acima apresentado. São centenas de jovens sendo por ela formados, algo que classificamos de muito positivo – visto que o país ainda carece de recursos financeiros para fazer face a bastante caótico sistema educativo, como muito bem descrevemos no primeiro capítulo. Portanto, nesse sentido, Fernando Colonia, estudante de Bacharelado em Ciências Humanas – Campus dos Malês, assegura:

Para mim, a UNILAB chegou muito tarde, ela deveria ter sido criada há muito tempo, pois é uma universidade ímpar! O modelo e/ou projeto da UNILAB é próprio e singular no meu ponto de vista. Ela tem uma metodologia e uma potencialidade incrível! É uma universidade que surgiu para ajudar a colmatar algumas lacunas no concernente a formação de jovens, já que o nosso país (Guiné-Bissau) carece de recursos econômico-financeiros para dar conta do mesmo. Nós os jovens temos muito a ganhar com ela – e o país conseqüentemente, isto porque é uma enorme oportunidade para nós – termos uma formação superior. Acredito que realmente seja uma boa iniciativa por parte do governo brasileiro, porém não sei muita coisa sobre essa cooperação, mas com certeza foi uma iniciativa brilhante! Não obstante, como sabemos essas cooperações geralmente implicam interesses, o Brasil com certeza tem muito a ganhar com ela, não podemos olhar somente para um lado. No tangente a fuga de quadros, eu creio que o fato de a pessoa concluir os seus estudos e não voltar não queira dizer que essa pessoa não possa contribuir para o desenvolvimento do seu país, até porque não podemos todos trabalhar no aparelho de estado, ela pode sim. O que não pode é ficar na diáspora de uma forma permanente, sem qualquer tipo de contato com o país. Para finalizar, quero frisar que o projeto da UNILAB veio para contribuir positivamente na transformação das nossas sociedades, mas uma coisa também é certa, o governo da Guiné-Bissau deve criar condições para que possa haver um ensino de qualidade no próprio país, ou seja, deve haver mais investimento no setor do ensino, os profissionais da área devem ser mais valorizados e respeitados, mormente os professores. (entrevista realizada em 24 de outubro de 2016, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil).

É perceptível na fala desse estudante a grandeza dessa universidade; ele enaltece e valoriza a questão de obtenção de uma formação superior, que para nós, é muito essencial para um país como a Guiné-Bissau, que é uma nação ainda muito frágil e que precisa de

quadros e muitos quadros para poder, num futuro breve, articular o seu desenvolvimento. Outro estudante que também fez suas considerações é o Baticã Braima Ensa Mané, estudante de Curso de Letras-Língua Portuguesa – Campus dos Malês, que na sua fala salienta:

Bem, eu já estou aqui há algum tempo, há praticamente três anos. Como sabemos a UNILAB é uma Universidade nova, e de grande importância. É uma universidade com características peculiares, pautada pela internacionalização de conhecimento, e está sim a contribuir para a formação e qualificação de nós jovens, e, conseqüentemente, quer de uma forma direta, quer indireta a colmatar algumas lacunas no quesito educação que o nosso país não está podendo superar. Nós os jovens, bem como o país como um todo todos temos muito a ganhar com essa universidade. Essa parceria é de louvar muito! É por meio dela que estamos aqui hoje a estudar, a formarmos para num futuro breve voltarmos para casa e contribuir para o avanço do país. Não tenho um conhecimento aprofundado sobre ela, mas acho que o nosso país tem muito mais a ganhar. É obvio que o Brasil tem seus interesses, mas a Guiné-Bissau tem muito e muito mesmo a ganhar com essa universidade. Ela possui um currículo muito diferenciado, muito rico e com conteúdos inovadores que vão nos permitir ter uma formação de qualidade. No que tange a fuga de quadros, como sabemos, não é de hoje que isso vem acontecendo, é algo que vem se verificando a bastante tempo. Geralmente as pessoas não voltam devido às más condições do país. É obvio que o país perde com isso, eu não vejo nenhum ganho nisso, mas também uma coisa é certa, as pessoas devem ser respeitadas e/ou valorizadas. O governo deve criar condições propícias para que haja um ensino de qualidade no próprio território nacional. Deve começar a pagar os salários em dia, mudar a política do funcionamento do ensino, reformular o currículo escolar entre outras coisas. Para finalizar, gostaria de dizer que essa universidade surgiu no momento certo e, sobretudo, está ricamente contribuindo para a construção e consolidação do nosso senso crítico. (entrevista realizada em 29 de outubro de 2016, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil).

Mais uma prova de que essa universidade está, de sobremaneira, a contribuir para a formação dos jovens guineenses. No nosso entender, tudo isso terá as suas conseqüências e/ou reflexos na geração de emprego e renda e, sobretudo, no desenvolvimento do país. A Guiné-Bissau é um país com enormes deficiências, por isso precisa muito de parcerias como essa. Não está sendo possível no país prover um ensino de qualidade dada situação de fragilidade que o mesmo atravessa como já viemos enaltecendo ao longo da nossa abordagem nesse trabalho. Para Hipólito Mendes, estudante de Bacharelado em Ciências Humanas – Campus dos Malês,

A UNILAB surgiu numa hora certa, num momento certo. Momento em que o país está a precisar de quadros, de qualificação dos seus recursos humanos. Nós sabemos que o país não tem condições, carece muito dos recursos financeiros para investir no setor do ensino, portanto essa universidade é uma valia neste sentido. Uma instituição diferenciada, com princípios e objetivos próprios, excepcional e de extrema importância para nós que temos oportunidade de nela

estar a estudar. É uma oportunidade para poucos! Nós jovens e, sobretudo, o nosso país como um todo tem muito a ganhar com ela; não tenho dúvidas que esta universidade vai formar quadros excepcionais que vão contribuir muito para o desenvolvimento do nosso país. Essa cooperação é de louvar, o nosso país tem muito a ganhar como já falei, porém é importante notarmos que o Brasil também tem a ganhar, ele tem seus interesses, claro. Mas realmente o resultado dessa cooperação tem sido muito positivo, essa universidade é prova disso. No que se refere a fuga de quadros, é propício enaltecer que é extremamente importante essa questão, merece um debate mais amplo e aprofundado. No meu ponto de vista, é claro que o país perde com isso, isto porque se a pessoa não retornar ela acaba contribuindo com alguma coisa no lugar em que ele ou ela escolheu para residir, uma vez que o país poderia estar sendo beneficiado com isso. Para concluir, vale ressaltar que o setor do ensino no nosso país é o mais penalizado, é um setor esquecido. Para mim, o governo deve mudar a política com relação a educação, tem que adotar novas medidas, pagar salários em tempo, criar condições para profissionais da área atuarem com vontade e garra, aumentar no Orçamento Geral do Estado a percentagem dos investimentos para o setor do ensino. Enfim, acho que essa universidade está a fazer justamente o que o nosso Estado deveria ter como prioridade, levando em conta as metas que se querem alcançar. (entrevista realizada em 24 de outubro de 2016, São Francisco do Conde, Bahia, Brazil).

Na verdade, as deficiências que abalam o sistema de ensino no país fazem com que iniciativas como essas sejam sempre uma salvação para os cidadãos que a este pertencem. Essa universidade vem justamente se enquadrar nessa perspectiva, contribuindo assim para que cada jovem sonhador possa realizar seus desejos; desejos esses que muitas das vezes acabam sendo abortados, digamos, devido a precariedade do país não só no tocante a educação, mas sim em outras áreas chaves para o avanço de qualquer nação, entre elas a economia. Para Ginésio Gomes de Sá, estudante de curso de Administração – Campus da Liberdade¹⁷,

A UNILAB, indiferente doutras Instituições de Ensino Superior que têm apoiado a Guiné-Bissau no setor da educação está a contribuir muito no tocante a formação e qualificação dos cidadãos guineenses como um todo, e camada jovem em particular, que são bases para o desenvolvimento do país. E a camada juvenil, por sua vez, não está decepcionando, tem aderido muito a essa iniciativa. Tem procurado bastante estudar nessa universidade, o que é bom. É uma iniciativa louvável, para mim, o país só tem a ganhar com isso, muito a ganhar mesmo. (entrevista realizada em 26 de outubro de 2016, Redenção, Ceará, Brasil).

¹⁷ Campus da Liberdade é um Campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, localizado no município de Redenção, Ceará, Brasil.

Visto isso, quer cremos ou não, a importância desse projeto, que foi materializado e se transformou numa universidade que hoje estamos a pesquisar e a debruçar sobre é tamanha. Ou seja, queremos dizer com isso que, para nós, ela está contribuindo positivamente na redução de várias objeções que assolam o setor de ensino no país, entre elas as debilidades que ofuscam o ótimo e pleno funcionamento das próprias instituições de ensino, tanto ensino primário, quanto ao superior que está sendo nesse momento foco da nossa análise. No entendimento da Libania F. Cá, estudante de Letras – Campus da Liberdade,

Essa universidade está a ajudar muito na formação e qualificação de jovens guineenses, pois educar cooperativamente é fazer pessoas pensarem criticamente, envolverem-se e se auto-gerenciarem. Por outro lado, ela tem, digamos, um exercício de responsabilidade, pois visa formar profissionais éticos, que agreguem valores a si mesmos, suas famílias, parentes, amigos à nação e, mais diretamente, às suas comunidades. Acredito que essa universidade esteja contribuindo bastante para o desenvolvimento do país. E essa cooperação é de louvar! É uma iniciativa brilhante por parte do governo brasileiro. Os jovens têm muito a ganhar com ela, muito mesmo. Sabemos que nessas circunstâncias ocorrem fugas de quadros, ainda mais para o contexto do nosso país, o qual tem muitas carências ainda. Muitas pessoas saem para vir estudar na diáspora, mas depois não retornam para o país devido as condições de precariedade que assolam o mesmo. Mas creio que deva ser responsabilidade do nosso governo. Devem ser criadas condições para que isso ocorra. O governo deve investir mais na formação de profissionais qualificado, incentivar mais os trabalhadores afetos a essa área, através de pagamento de salários em tempo, enfim, honrar o seu compromisso e fazer valer a sua promessa. (entrevista realizada em 12 de outubro de 2016, Redenção, Ceará, Brasil).

Enfim, para fechar esse ciclo de análise sobre a UNILAB, vamos destacar mais uma fala, trata-se do Jorge Rute Lamba, estudante de Administração Pública – Campus de Palmares¹⁸, para ele,

A criação da UNILAB é muito positiva! É uma universidade, como sabemos fruto da cooperação Sul-Sul, que visa justamente formar e capacitar jovens provenientes dos países parceiros do Brasil, nesse sentido me refiro a (CPLP), bloco no qual a Guiné-Bissau faz parte, com vistas a alavancar estes nos seus processos de desenvolvimento socioeconômico. Para mim, a universidade está contribuindo muito na formação e qualificação dos nossos recursos humanos, fato que se constata pela quantidade de estudantes que ingressam nela em cada processo seletivo. Como dizem, o maior investimento dum país é nos seus recursos humanos, e por isso espera-se que esta universidade esteja ajudando justamente nesse sentido, e que depois de formados estes indivíduos voltem e contribuam para o desenvolvimento do país. Há uma desenfreada no ritmo da procura pela universidade.

¹⁸ Campus de Palmares é um campus da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, UNILAB, localizado no município de Acarape, Ceará, Brasil.

Os jovens têm estado a procurar intensamente vagas para se ingressarem nessa universidade, isso podemos claramente constatar pelos números dos inscritos em cada edital aberto. Classifico essa parceria de estratégico. É uma boa iniciativa do governo brasileiro sim, porém vale ressaltar que não é nova, ou seja, é uma parceria que se firmou há bastante tempo. Mas que na verdade se inovou nesses últimos anos. Não obstante essas cooperações sempre são estratégicas como já falei, o Brasil obviamente tem seus interesses por trás, mas também não podemos negar que é um projeto bom. E que contem muitos ganhos, tanto para o Brasil, assim como para a Guiné-Bissau. (entrevista realizada em 13 de outubro de 2016, Acarape, Ceará, Brasil).

Entretanto, em linhas gerais, e, baseando, sobretudo nesses relatos acima descritos justifica frisar que, para nós, ficou claramente evidenciada a importância da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no tangente a formação e qualificação dos recursos humanos capazes de contribuir positivamente para o crescimento do país em todos os níveis. Resumindo, essa universidade, em nossa opinião, sem dúvidas está dando uma grande contribuição para a redução de principais problemas que afetam mais diretamente a área da educação, e a sociedade guineense como um todo.

Para encerrar a nossa analogia sobre os projetos vamos centrar a nossa atenção agora sobre o Centro **Educativo de Ensino Básico (fundamental)**, cujo financiamento foi assegurado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com a UNESCO e outras ONGs, nacionais e internacionais, como nos foi possível constatar nas informações sobre o centro trazidas acima, através da iniciativa denominada “Jovens Lideranças para a Multiplicação de boas Práticas sócio-educativas”, levada a cabo pelos jovens da localidade de [São Paulo] nas periferias de Bissau, capital da Guiné-Bissau.

Para nós, esse centro educativo é um centro de extrema importância, pois o mesmo se enquadra, por um lado, na luta para a erradicação da fuga das crianças às escolas devido à falta de infra-estrutura das escolas, de materiais didáticos apropriados entre outras coisas; e por outro, pela redução de alto índice de analfabetismo que também é um dos problemas que afetam o país.

Não temos dúvidas de que prover uma educação de qualidade passa, antes de tudo, pela construção e manutenção de espaços físicos de qualidade onde estarão decorrendo e se desenvolvendo as atividades escolares; pelo fornecimento gratuito dos materiais didáticos entre outras coisas que são fundamentais e elementares para que o país possa avançar positivamente nesse sentido.

Os números falam por si mesmos, como podemos constatar são centenas de

crianças sendo contempladas com essa iniciativa, fazendo com que as mesmas projetem um bom futuro, livrando-as assim de fugas das escolas por falta de condições, e, mais interessante ainda contribuindo crucialmente para colocá-las no pleno exercício de seus direitos e cidadania. Segundo Mário Djassi, um dos professores que se encontram atuando no centro,

É um centro muito importante para a nossa comunidade. Acredito que esteja muito bem preparando as crianças que nele estão hoje para serem grandes quadros no futuro; está a atuar muito bem no tocante a redução de índice de analfabetismo que assola o país. Outra coisa também que acho interessante e que acho que faz sentido ressaltar é a importância do mesmo na erradicação de fenômenos como: casamento forçado, trabalho forçado, mutilação feminina entre outros – que ocorrem muitas das vezes por faltar condições de as crianças não irem as escolas. Creio que está contribuindo muito e positivamente para o desenvolvimento da nossa comunidade em particular e do país de modo geral. Para mim, as crianças e não só têm muito a ganhar, e a aderência é expressiva, até porque temos demandas além da nossa capacidade; há um número muito considerável de pedidos para ingresso aqui, mas que não foram positivamente satisfeitos devido a nossa limitação em termos de espaço físico, isso mostra que devem haver ainda mais centros e escolas como esse. As crianças que aqui estão aprendem a ler, escrever e expressar oralmente. Eu vejo muita importância nisso. O governo brasileiro tem ajudado muito nesse sentido, colocando esse centro aqui na nossa comunidade. O país tem beneficiado muito com a cooperação brasileira. O centro tem uma boa estrutura, muitas coisas modernas dentre elas os equipamentos desportivos e computacionais entre outras. Enfim, para mim, esse centro está fazendo um trabalho que deveria ter sido pensado não por uma cooperação, mas sim, devia ser uma coisa pensada pelo nosso próprio governo, e isso é de se debater muito. Deve haver melhoria no setor de ensino, deve haver mais investimentos, mais centros de qualidades para formar crianças e jovens que precisam. (entrevista realizada em 20 de novembro de 2016, Bissau, Guiné-Bissau).

Enfim, para encerrar a nossa análise é justo reconhecer a importância e a contribuição que está sendo dada por esse e outros centros abordados. Até aqui, trouxemos vários relatos que vêm comprovar a relevância dos projetos educacionais em causa. De qualquer maneira, na nossa perspectiva, todos os projetos aqui abordados são verdadeiramente importantes e estão contribuindo bastante na qualificação de cidadãos guineenses como um todo.

São diversos projetos, aqueles isolados e/ou pontuais que, para nós, também foram importantes e contribuíram bastante na capacitação das pessoas contempladas; e os classificados por nós de “efetivos”, fazendo referência aos centros ora analisados e que, para nós, cremos que continuem ainda por um longo tempo a saciar na medida do possível essa necessidade imensa que o país tem com relação ao seu sistema de ensino,

que, por incrível que pareça, continua ainda muito debilitado e caótica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação é um dos setores chaves para desenvolvimento de qualquer que seja nação, e que ela tem uma importância inquestionável para a construção e edificação de uma sociedade inteligente, capaz, pensante e provedora de boas práticas, acreditamos que, mediante isso [todos os fatos relatados], os contextos como o da Guiné-Bissau, por exemplo, estão ameaçados de não conseguirem construir, seja lá por quais razões, uma sociedade que se beneficie de uma educação plena e de qualidade como é o desejo de qualquer nação.

Falamos isso porque, como podemos constatar no primeiro capítulo deste trabalho, a Guiné-Bissau ainda depara com dificuldades enormes em quase todos os domínios e a educação é um deles. Com essas dificuldades obviamente que fica difícil criar condições necessárias para se desfrutar de uma vida digna e com todos os direitos garantidos, como o de ter uma educação de qualidade e integral.

Ainda fazendo alusão ao primeiro capítulo vimos que a educação não corresponde minimamente ao que se pode esperar dum país como a Guiné-Bissau, país com muitas metas ainda por alcançar, mas também não podemos simplesmente julgar que o sistema educativo é medíocre porque achamos que era para assim ser, e sim, devemos refletir nos problemas que condicionam tudo isso. Pudemos ver que vários fatores condicionam essa mediocridade do setor de ensino, entre eles o fator da instabilidade política e militar, precariedade do setor macroeconômico entre outros.

As parcerias entre Guiné-Bissau com outras nações, entre elas a República Federativa do Brasil, no âmbito de bilateralidade entram justamente nessa perspectiva, isto é, são parcerias que visam justamente o conhecido como “Apoio Internacional para o Desenvolvimento” pautado no apoio de um país a outro, com vistas a alicerçar o que estiver necessitando no sentido de que este possa encontrar rumo certo para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, como muito bem abordamos no segundo capítulo, as relações do Brasil mantidas com a Guiné-Bissau durante o período estudado foram diálogos, como

nos é possível constatar, nitidamente ancoradas nos laços Sul-Sul, sob discursos totalmente favoráveis ao desenvolvimento sustentável das duas nações. Porém, vale ressaltarmos que, com relação ao discurso de solidariedade, já deixamos claro ainda no segundo capítulo que nós a entendemos como uma forma sábia de lidar com o próximo, de fazer cooperação, sobretudo; mas jamais de uma ação de gratuidade! É bom que isso fique bem claro.

Trabalhamos com conceitos muito importantes para a melhor compreensão dessa temática. cremos que com eles tenhamos facilitado bastante no entendimento do propósito do trabalho, bem como das ações empreendidas para que os respectivos projetos se concretizassem.

Como já enaltecemos a educação é indispensável para o avanço de qualquer país, a Guiné-Bissau não é um caso a parte, e tendo em conta todos esses elementos evocados, todos os relatos trazidos através de entrevistas semi-estruturadas realizadas e que nos permitiram obter algumas informações interessantes, chegamos a conclusão de que, os projetos educacionais trabalhados nessa pesquisa e mais precisamente no terceiro capítulo, que é o último da mesma são projetos importantíssimos para o desenvolvimento do nosso sistema educativo.

São projetos que, conforme a análise que fizemos ainda no terceiro capítulo, com ajuda inclusive das referidas entrevistas que estão contribuindo positivamente na redução de falta de profissionais qualificados, na drástica redução de índice de analfabetismo no país, tendo em conta números de pessoas que estão sendo beneficiadas, na formação, capacitação e qualificação de recursos humanos como um todo, este último que ainda afeta bastante o país.

Enfim, esse é o resultado da nossa pesquisa; isto é, principal fato que procuramos analisar e entender. cremos que realmente sejam iniciativas louváveis e muito importantes como já observamos, para um país como a Guiné-Bissau que ainda precisa de muitas iniciativas parecidas, pois há ainda muito por fazer não só no tocante a educação, mas sim em todas as outras áreas sociais.

Mas por outro lado, consideramos que, como concebe Paulo G. Fagundes Visentini, precisamos superar a [mentalidade assistencialista e vitimizada dependente de ajuda externa] e começarmos a produzir com as nossas próprias mãos, o que quer dizer que, nesse contexto, o governo da Guiné-Bissau não pode limitar-se apenas em

beneficiar de parcerias, mas sim, também tem que tomar suas próprias iniciativas com vistas a reverter o atual cenário e rumar-se definitivamente para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf>. Acesso em: 11 de Set. de 2016.

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_Final-Diagramado_Corrigido_23-04-2014.pdf>, acesso em: 26/09/2016

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Pesquisa de Projetos**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>, acesso em: 17/08/2016

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**. Brasília. Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>, acesso em: 11/08/2016.

AMARAL, Joana de Barros. **Atravessando o Atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira**. Brasília. Julho de 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14852/1/2013_JoanadeBarrosAmaral.pdf>, acesso em: 16/10/2016.

CORREIA, Heldomiro Henrique. **O Projeto Africanidade e o Contexto Educacional da Guiné-Bissau**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Centro de Educação – CE, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa.

COSTA, Ricardo Jorge. **O Ensino na Guiné-Bissau, Pintado a Negro e Cinza**. Jornal a Página da Educação, num. 70, 1998. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=70&doc=7415&mid=2>>, Acesso em: 23/09/2016.

DRON, Jérémie Nicole. **Cooperação Brasil-África: Guiné-Bissau na era Lula**. Núcleo de Estudos Multidisciplinares de Relações Internacionais, (NEMIR). 2015. Disponível em: <<https://nemrisp.wordpress.com/2015/06/29/cooperacao-brasil-africa-guine-bissau-na-era-lula/>>, acesso em: 14/10/2016.

DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB. Julho de 2010. Disponível em: <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf>, acesso em: 23/11/2015.

Embaixada do Brasil em Bissau. **Histórico Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/centro_cultural.xml>, acesso em:

23/10/2016.

Embaixada do Brasil em Bissau. **Projetos para a Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>>, acesso em: 02/05/2016.

FONSECA, Fernando Mandinga da. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Panorama dos Projetos de Cooperação Educacional realizados na Guiné-Bissau pelo Governo Brasileiro no âmbito da Cooperação Sul-Sul**. 2014. Disponível em: <http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1407465315_ARQUIVO_A_RTIGOPARAABRI.pdf>, acesso em: 20/07/2016.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. **Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**. Revista Lusófona de Educação, núm. 24, 2013, pp. 81 -95. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/349/34929705005.pdf>>, acesso em: 23/06/2016.

ITAMARATY, Divisão de temas Educacionais. Histórico do PEC-G (2014). Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>>, acesso em: 15/07/2016.

ITAMARATY, Divisão de temas Educacionais. Cooperação Educacional. 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>, acesso em: 20/08/2016.

KERCH, Aline Louise; SCHNEIDER, Leonardo Gustavo. **O Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: a atuação brasileira na Cooperação Sul-Sul**. IN: VI Encontro de Estudos e Estratégia. 19 a 21 de maio de 2013. Bento Gonçalves, RS.

MANGO, Felizberto Alberto. **A Cooperação Brasil-Africa Durante os Mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) Solidariedade e/ou Interesse?** Instituto de Humanidades e Letras (Trabalho de Conclusão de Curso). Redenção, Ceará. Fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. **Relatório da Situação do Sistema Educativo**. Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza. Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/Resens_Guin%C3%A9_Bissau_portugais-FINAL.pdf>, acesso em: 23/06/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. **Programa de Formação dos Educadores do Ensino Básico da Guiné-Bissau**. Documento de Base do Programa de Formação dos Educadores do Ensino Básico da Guiné-Bissau. Outubro de 2007. Disponível em: <https://www.unicef.org/wcaro/WCARO_Bissau_Pub_RptTrainingProgTeachers-pt.pdf>, acesso em: 03/05/2016.

PLANO NACIONAL DE AÇÃO, Bissau, Ministério da Educação Nacional, fev. de 2003. Rapport mondial sur lê developpement humain 2005, PNUD. Disponível em: <<http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Guinea-Bissau/Guinea%20Bissau%20PNA%20EPT.pdf>>, acesso em: 12/11/2015.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação Como Direito**. 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf>, acesso em: 02/10/015.

SENAI – DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO. **Relatório de Atividades**. Conselho regional. Dezembro de 2014. São Paulo.

SILVA, Julinho Braz da. **A Cooperação Sul-Sul como Instrumento para o Desenvolvimento: perspectivas para a República da Guiné- Bissau**. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e Ensino Superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. [s.n.t]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>, acesso em: 22 de abril de 2016.

WINTER, Karla; CANDIDO, Alessandro Roger. **As Relações Internacionais do Brasil com as ex-colônias portuguesas na África**. Laboratório de Análise de Relações Internacionais. 2011. Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: <<http://www.univali.br/ensino/graduacao/cejurps/laboratorios/lari/trabalhos-produzidos-factsheets/Documents/as-relacoes-internacionais-do-brasil-com-as-ex-colonias-portuguesas-na-africa.pdf>>, Acesso em: 29/06/2016.